

**COLÉGIO ESTADUAL “DUQUE DE CAXIAS”
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**SAUDADE DO IGUAÇU - PR
2017**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	4
2.1. LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	4
2.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	5
2.3. CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO	6
2.4. ESTRUTURA FÍSICA MATERIAIS E ESPAÇOS PEDAGÓGICOS	7
2.5. RECURSOS HUMANOS	7
EQUIPE DIRETIVA	
EQUIPE PEDAGÓGICA	
EQUIPE DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	
COMPÕEM O QUADRO DE AGENTES EDUCACIONAL II	
COMPÕEM O QUADRO DE AGENTE EDUCACIONAL I	
2.6. INSTÂNCIAS COLEGIADAS	8
2.7. PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR	10
2.8. OBJETIVO GERAL	11
3. DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO-MARCO SITUACIONAL	11
3.1. GESTÃO ESCOLAR	11
CONSELHO ESCOLAR	13
ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS – APMF	14
GRÊMIO ESTUDANTIL	14
CONSELHO DE CLASSE	15
3.2. ENSINO-APRENDIZAGEM	15
3.3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO PÚBLICO ALVO	17
EDUCAÇÃO ESPECIAL	17
3.4. ARTICULAÇÃO ENTRE AS ETAPAS DE ENSINO	18
3.5. ARTICULAÇÃO ENTRE DIRETORES, PEDAGOGOS, PROFESSORES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	19
3.6. ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	19
3.7. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	20
3.8. ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE (REDE ESTADUAL)	22
3.9. ORGANIZAÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO E CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS	234
3.10. ÍNDICES DE APROVEITAMENTO ESCOLAR (INDICADORES INTERNO E EXTERNOS) E ÍNDICES DE ABANDONO/EVASÃO RELAÇÃO IDADE/ANO	25
3.11. RELAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DISCENTES	25
4. MARCO CONCEITUAL	26
4.1. EDUCAÇÃO	26
4.2. HOMEM	27
4.3. MUNDO	28
4.4. SOCIEDADE	29
4.5. CIDADANIA	30
4.6. FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	31
4.7. CULTURA	32
4.8. TRABALHO	32
4.9. ESCOLA	33
4.10. GESTÃO ESCOLAR	34
4.11. CURRÍCULO	35
4.12. CUIDAR E EDUCAR	36
4.13. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	36
4.14. CONHECIMENTO	37
4.15. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE	38
4.16. TECNOLOGIA	39

4.17. ENSINO-APRENDIZAGEM	40
4.18. AVALIAÇÃO	41
4.19. TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO	43
4.20. FORMAÇÃO CONTINUADA.....	44
5. PLANEJAMENTO - MARCO OPERACIONAL	45
5.1. CALENDARIO ESCOLAR.....	47
5.2. AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	47
<i>SALA DE APOIO</i>	47
<i>ATIVIDADES ESPORTIVAS COMPLEMENTARES</i>	47
<i>PROJETO DE LEITURA</i>	48
<i>PROJETO VISITA A USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO SANTIAGO</i>	48
5.3. AÇÕES REFERENTES À FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO.....	49
5.4. PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.....	51
5.5. DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL	52
5.6. O USO DE APARELHOS/EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM SALA DE AULA	52
5.7. PRÁTICAS AVALIATIVAS.....	53
<i>CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO:</i>	55
<i>PLANO PERSONALIZADO DE ATENDIMENTO</i>	56
<i>PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS</i>	56
6. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUE DEVE ESTAR ARTICULADA AO CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	57
6.1. LEI ESTADUAL Nº 17.335/2012	57
6.2. LEI ESTADUAL Nº 18.447/2015	57
6.3. RESOLUÇÃO SEED Nº 2.527/2007	57
6.4. LEI FEDERAL Nº 12.013/2009	57
6.5. LEI ESTADUAL Nº 18.118/2014.....	57
6.6. LEI ESTADUAL Nº 18.424/2015	57
7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	57
8. PERIODICIDADE DO PPP.....	58
9. DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS	58
9.1. SEXUALIDADE	58
9.2. VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	59
9.3. USO INDEVIDO DE DROGAS	60
9.4. EDUCAÇÃO FISCAL/TRIBUTÁRIA.....	61
9.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	61
9.6. HISTÓRIA DO PARANÁ.....	62
9.7. MÚSICA.....	63
9.8. EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO DIGNO E SAUDÁVEL: UMA QUESTÃO CURRICULAR	64
9.9. HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	65
9.10. HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA.....	66
9.11. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.....	66
9.12. DIREITOS HUMANOS	66
9.13. EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	67
10 REFERÊNCIA.....	69

1. APRESENTAÇÃO

Conscientes de que a produção e difusão de conhecimentos possibilitam aos educadores e educandos refletir para mediar o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “Duque de Caxias” – EFM tem-se como ponto de partida a realidade e diagnóstico da comunidade escolar.

A presente Proposta foi elaborada fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96), em seu artigo 12, inciso I. Embasado nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, Deliberação nº. 14/1999-CEE normatiza a elaboração do PPP e delega aos NRE a competência de orientar e acompanhar a elaboração, reelaboração, analisar e verificar a sua legalidade (emitir pareceres), em consonância com a realidade na qual a escola está inserida, permeada pelas mudanças que a sociedade brasileira está passando, bem como, por estudos e reflexões da direção, coordenação, professores, funcionários, pais, alunos, Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual “Duque de Caxias” – EFM, fazendo, assim, valer a autonomia escolar com esforços coletivos em busca de novas perspectivas educacionais.

Sendo a comunidade escolar formada por estudantes do meio rural e do meio urbano, foram questionados, através de pesquisa de cunho socioeconômico, pais de alunos, gestores, equipe pedagógica, professores, funcionários e demais representantes da sociedade. Buscamos saber quem são nossos alunos, de onde eles vêm, quais suas aspirações e desejos mais profundos, os aspectos culturais e individuais, para em seguida traçarmos um paralelo entre o que temos e o que queremos.

O Projeto Político Pedagógico é um documento que não se reduz a dimensão pedagógica, muito menos ao conjunto de projetos e planos de cada professor em sala de aula. Ele reflete a realidade da escola, identificando os principais participantes que interagem com a escola, analisando as influências das dimensões geográficas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Este visa propor que todos possam integrar no processo de aprender, fundamentado na concepção de que todos são capazes de interagir, participando e garantindo a democratização e permanência no sistema escolar, considerando as influências de toda a sociedade e seus projetos, sugerindo mudanças significativas para que a aprendizagem ocorra vinculada entre os conteúdos escolares e a interação social, desenvolvendo valores que possibilitem ao cidadão agir com ética e criticidade na sociedade. Em suma, é um instrumento norteador da ação educativa da escola.

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

2.1. LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

O Colégio Estadual “Duque de Caxias” – Ensino Fundamental e Médio, Código 0035, está localizado à Rua Alfídes Marangon, 673, Quadra nº 19, no município de Saudade do Iguaçu, Código 2647, CEP: 85568-000 Estado do Paraná, fone/fax (46) 3246-1146, e-mail sddeduquedecaxias@seed.pr.gov.br, com uma área total de 7070 m², 2563 m² de área construída, de propriedade da

Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, mantida pelo Governo do Estado do Paraná. O Colégio Estadual “Duque de Caxias”, pertence ao Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, código 23, oferece o Ensino Fundamental de sexto ao nono ano com autorização de funcionamento pelo Decreto 2515/81 – D.O.E. 06/11/1981 e o Reconhecimento da Instituição pela Resolução 22932/82 – D.O.E. 17/11/1981; oferece também o Ensino Médio com autorização de funcionamento pela Resolução 2020/93, publicada no Diário Oficial de 10/05/93.

2.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Colégio Estadual “Duque de Caxias” iniciou suas atividades em 1962, na casa cedida pela firma colonizadora Braviaco S/A, com o nome de “Escola Saudade”, tendo como primeira professora Íris Bassegio.

O Grupo Escolar Duque de Caxias foi criado em março de 1964, funcionando com duas salas construídas pela Prefeitura Municipal de Chopinzinho. Em 1970, foi ampliada com mais duas salas de aula em alvenaria e dependências para cozinha e sanitários.

Através do Decreto 1209/71 de 30/12/71, foi oficializado pelo governador do Estado do Paraná, Emílio Gomes e pelo Secretário de Estado e Cultura Dr. Roberto Linhares da Costa, passando a ter seu funcionamento legal a partir de 01/03/1972.

Em 03/03/1974, teve início à extensão do Ginásio Estadual “Nestor de Castro” de Sede Sulina, por autorização verbal do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, secretário da Educação e Cultura.

Com recursos da FUNDEPAR foram construídas mais seis salas de aula, inauguradas em 05/11/1976 pelo governador do Estado Jayme Canet Junior. No ano de 1980, teve nova ampliação com a construção de mais quatro salas em alvenaria.

Na data de 06/11/1981 recebeu a autorização de funcionamento à Escola “Duque de Caxias” – Ensino de 1º Grau, pela Resolução 2515/81, sendo que em 17/11/1981, teve o reconhecimento da Instituição pela Resolução 2932/82 de 01/12/1982, regulamentada pela Lei 2000/83 de 03/1983, pela pessoa do Sr. Ivan Martins Sanches.

Houve em 1990, através de recursos da FUNDEPAR e convênio com a Prefeitura Municipal de Chopinzinho, ampliação do prédio com duas salas.

Motivada pela municipalização do Ensino Pré-Escolar, Ensino Especial e 1ª a 4ª Séries, na data de 30/11/1992 pela Resolução 4260/92, a Escola Estadual “Duque de Caxias” cede algumas salas para a Escola Municipal “Padre Felipe” – Ensino de 1º Grau, sob a responsabilidade do Município de Saudade do Iguaçu.

Em 1992, através da Resolução 3204/92 foi concedida a autorização de implantação do Ensino de 2º Grau regular e abertura do Curso de Educação Geral, autorização de funcionamento e mudança de nome para Colégio Estadual “Duque de Caxias” – Ensino de 1º e 2º Grau, pela Resolução 2020/93, publicada no Diário Oficial de 10/05/93.

Pela Lei 9.914, na data de 01 de março de 1992 foi criado o Município de Saudade do Iguaçu pela assinatura do governador em exercício (Presidente da Assembleia Legislativa – Aníbal Cury) desmembrando seu território de

Chopinzinho. Sua instalação oficial deu-se em 01/01/1993.

Pela Resolução 4200/92 de 12 de setembro de 1994, prorrogou por dois anos a autorização de funcionamento do Curso de 2º Grau – Educação Geral. A Resolução 4674/94 vem autorizar o funcionamento do Ensino de 1º Grau regular de 5ª a 8ª séries e pela Resolução 3483/98 de 24/01/1998 foi reconhecido o curso de Educação Geral – Ensino Médio, mantido pelo governo e pertencendo ao município de Saudade do Iguçu.

Com relação ao Regimento Escolar, este foi aprovado pelo Ato Administrativo nº 13/95 de 02/10/95 tendo em vista necessidade de instaurar em nossa escola uma democracia voltada à cidadania.

No ano de 2000, através da Resolução 3120/98 de 31/08/98, o Colégio Estadual “Duque de Caxias” passou a pertencer ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, a 50 km de distância. Em 28/11/2001, pela Resolução 13333/01, atendendo a reivindicação dos profissionais da educação e da administração pública de Saudade do Iguçu, a educação do município retorna ao Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, distante 90 km do mesmo.

Todas as mudanças ocorridas nesta trajetória educativa, com o tempo melhoraram e contribuíram para o crescimento educacional da comunidade escolar. Bem como em uma gestão democrática e participativa é escolhido a direção do colégio por voto direto contando com a participação de toda comunidade escolar.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO

O Colégio Estadual “Duque de Caxias” – EFM, no ano de 2016, oferta:

I. Ensino Fundamental: anos finais, sendo: 16 turmas de ensino fundamental, compostas por quatro turmas de 6º ano, quatro turmas de 7º ano, quatro turmas de 8º ano, quatro turmas de 9º ano, ofertadas nos períodos matutinos e vespertinos.

II. Ensino Médio, nove turmas, distribuídas em: Três turmas de 1ª série, três de 2ª série, três de 3ª série, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno totalizando nos três períodos 782 e Turmas de EJA, pré-inscritos distribuídos em: o EF com 20 alunos na fase duas, e no EM com 16 alunos.

III. Ensino Extracurricular e Língua Estrangeira Moderna-CELEM – Espanhol uma turma no vespertino.

IV. Sala de Recursos, uma turma no matutino e uma turma no vespertino.

V. Salas de Apoio à aprendizagem, uma turma no matutino e uma turma no vespertino.

VI. EMI – Ensino Médio Inovador.

VII. Sala de surdez, uma turma no vespertino.

O Regime Escolar está organizado em anos para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio está organizado em Séries.

Horários de funcionamento:

Manhã: das 07h30 min às 11h50 min

Tarde: das 13h10 min às 17h30 min

Noite: das 19h00 min às 23h00 min

VII. Modalidade de ensino EJA Educação de Jovens e Adultos Fase II.

2.4. ESTRUTURA FÍSICA MATERIAIS E ESPAÇOS PEDAGÓGICOS

O prédio conta com dez salas de aula, laboratório de informática, laboratório de física, química e biologia, sala multiuso, biblioteca, dependências administrativas, sala dos professores, secretaria, coordenação, almoxarifado, cozinha, sanitários (para professores, alunos e funcionários), quadra de esportes, saguão com cobertura de aproximadamente 200 m², e espaço livre para comemoração cívica. Toda área construída totaliza 1625 m², sendo esta inaugurada em março de 1998.

Ofertamos vagas nos três períodos, com aproximadamente 782 alunos. Em 2002, foi realizada a cobertura da quadra de esportes, construída através de convênio com a FUNDEPAR e APM, e posteriormente a construção de mais duas salas de aula, sendo concluídas no ano de 2003.

O Colégio Estadual “Duque de Caxias” dispõe de boas condições físicas e materiais, o espaço para recreação propicia aos educandos, professores e demais funcionários, um ambiente agradável e acolhedor, favorecendo dessa forma uma aprendizagem eficaz.

Atualmente o espaço físico é insuficiente, não condiz com o número de alunos, havendo a necessidade de um número maior de salas de aula, almoxarifado de maior metragem, além de infraestrutura adequada já com algumas rampas existentes, para atender a demanda de inclusos.

A Instituição de ensino possui um amplo laboratório de Física, Química e Biologia, porém com ausência e insuficiência de materiais, uma biblioteca com bom acervo bibliográfico, sala de informática com computadores do Programa Paraná Digital e PROINFO para atender a demanda da escola, como também televisores em uso pelos professores em salas de aula do Programa TV Pen Drive.

Na medida do possível procuramos manter nossa escola organizada, propiciando dessa forma um local de construção de conhecimentos condizentes com as necessidades educacionais.

2.5. RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos do Colégio Estadual Duque de Caxias- EFM.

Função	Quantidade	Formação	Vínculo
Diretor	01	Especialização e PDE	QPM
Direção Auxiliar	01	Especialização	QPM
Pedagogo	01	Especialização e PDE	QPM
Pedagogo	01	Especialização	QPM
Pedagogo	02	Especialização	PSS
Professor	05	Especialização e PDE	QPM

Professor	14	Especialização	QPM
Professor	13	Especialização	PSS
Professor	11	Graduação	PSS
Professor	02	Cursando Graduação	PSS
Agente Educativo II	01	Ensino Médio	QFEB
Agente Educativo II	02	Especialização	QFEB
Agente Educativo II	01	Especialização	PSS
Agente Educativo II	01	Graduação	PSS
Agente Educativo I	02	Ensino Fundamental	CLAD
Agente Educativo I	02	Ensino Médio	QFEB
Agente Educativo I	02	Graduação	QFEB
Agente Educativo I	01	Ensino Médio	PSS
Agente Educativo I	02	Ensino Fundamental	QFEB

2.6. INSTÂNCIAS COLEGIADAS

As instâncias colegiadas do Colégio Duque de Caxias, são organizações compostas pelo Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantis e Conselho de Classe, todos representantes da comunidade escolar, desenvolvendo importante papel para o desempenho das atividades extraclasse da instituição de ensino. Elas têm por finalidade fazer funcionar a gestão democrática no ensino público, ou seja, concretizar o que é pensado e decidido coletivamente sobre as propostas de caráter educacional.

Sabemos que a educação por si só não irá resolver os problemas vividos pela Comunidade onde a escola está inserida, porém, os espaços que se abrem para a participação da sociedade dentro das escolas, de modo particular através das APMF ou dos Conselhos Escolares, poderão facilitar o processo de interação e inclusão. De acordo com Azevedo e Gracindo (2005, p. 34):

A escolha democrática dos dirigentes escolares e a consolidação da autonomia das escolas alinham-se aos colegiados com a finalidade de

desvendar os espaços de contradições gerados pelas novas formas de articulação dos interesses sociais.

A partir do conhecimento destes espaços, certamente presentes no cotidiano da vida escolar e das comunidades, é que será possível ter os elementos para a proposição e construção de um projeto educacional inclusivo.

A gestão democrática da educação, “trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, corresponsabilidade e compromisso” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p.12). Exige uma postura democrática, e esta revela a forma de encarar a educação, os envolvidos no processo educativo, bem como a comunidade local. Entendemos que com esta buscamos a democracia dentro da escola, não podemos ficar só no processo de colaboração e adesão às decisões tomadas pela direção da escola.

Para isso é necessário à abertura a espaços de encontros, discussão e trocas, enfim, para o diálogo e o respeito pelo pensar diferente de todos os envolvidos, pois é no debate das ideias que há o fortalecimento das ações. As decisões então tomadas serão coerentes com a necessidade aí exposta, evidenciando-se assim, a transparência do gestor, bem como das instâncias colegiadas, pois na medida em que as decisões partem do grupo, demonstra-se engajamento pela mesma causa, neste caso, a escola.

Nessa direção, entendemos que as instâncias colegiadas, APMF e Conselho Escolar, possuem um importante papel na gestão democrática da escola, se forem utilizadas como instrumentos comprometidos com a construção de uma escola de qualidade e comprometidas com os interesses das classes populares.

Se a finalidade da educação é a formação do indivíduo, então a escola também deve ser espaço de exercício de democracia, onde a gestão possa propiciar a participação de todos os segmentos que fazem parte do ambiente escolar, tanto dentro da escola, como de sua comunidade local. Assim, é que, na vivência desse trabalho coletivo, a gestão adquire uma dimensão política articulada à construção do trabalho colegiado.

A democratização da escola implica, portanto, no aprendizado e na vivência do exercício de participação e de tomada de decisão. Trata-se de um processo que considere o coletivo dos que nela trabalham, estudam e dividem seus momentos culturais. Mas este processo só se efetiva através de atitudes que visem o bem comum, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola num processo pedagógico.

Embora, para que a participação se torne uma realidade sejam necessários meios permanentes, para a distribuição, análise, e aceitação do poder que impera em seu interior, o que geralmente acontece no momento da necessidade de organizar as instâncias colegiadas é uma conversa em particular com determinados pais, que para a direção teriam condições de atuarem na função, então o convite lhes é feito, e na assembleia apresentam-se a chapa aos demais pais para serem votados, ficando a assembleia livre para a formação de novas chapas.

Portanto, para que haja a participação efetiva dos membros das instâncias colegiadas, é necessário que o gestor, juntamente com todos os segmentos da escola crie um ambiente propício, estimulando o trabalho coletivo.

Pensar em envolvimento participativo, não somente em recursos financeiros, onde se limita à participação das instâncias colegiadas, mas abrir espaço para a participação no campo pedagógico, cabendo aos educadores o ensino-aprendizagem e colocando a comunidade a par do que acontece dentro do ambiente pedagógico.

2.7. PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR

O diagnóstico da nossa realidade escolar envolve além dos alunos e professores, toda a comunidade do município de Saudade do Iguaçu, pois a comunidade contribui na busca de soluções, atuando com qualidade no ensino participativo e democrático, para juntos construirmos uma escola aberta ao conhecimento, onde as pessoas que nela estiverem envolvidas sintam-se felizes e tenham orgulho de estarem participando e atuando nesta instituição que é a Escola.

A clientela Escolar do Colégio Estadual Duque de Caxias EFM, é oriunda de todas as comunidades pertencentes ao município de Saudade do Iguaçu, sendo a única escola no município que oferta o Ensino Fundamental (6º a 9º ano) e Ensino Médio, alunos de onze a dezoito anos.

Uma característica marcante de nosso colégio é que nossos alunos provêm de diversas comunidades da zona rural não havendo predominância de determinadas localidades. Sendo assim, recebemos 53,65% de alunos da zona rural e 46,03% da zona urbana.

Observa-se que nossos alunos vivem sob a responsabilidade dos pais, sendo que alguns têm apenas a mãe como responsável. Há também a ocorrência de alunos sob a responsabilidade de avós e outros parentes.

Em relação às famílias percebemos através de pesquisa que 14,02% são compostas por duas pessoas, 21,34% por três pessoas, 32,92% por quatro pessoas, 24,39% de cinco pessoas e 11,28% de seis ou mais pessoas.

As atividades na qual as famílias ocupam maior parte de seu tempo livre é em sua maioria, a TV, visita a amigos e parentes, religião, esportes, computador, dança atividades na comunidade, música, leitura, artesanato e outros.

Para manter-se informado dos acontecimentos atuais, o aluno e sua família utilizam em sua maioria a TV e o rádio, seguidos pela Internet e jornal escrito.

A família acompanha o desenvolvimento escolar dos filhos diariamente em sua maioria, sendo que alguns apenas perguntam como estão na escola e outros acompanham alguns dias da semana.

Na moradia 77% de nossos alunos moram em casa própria, 7,31% em casa financiada; 10,97% moram em casa alugada e 3,96% moram em casa de parentes ou amigos. Para chegar ao Colégio, 70,12% de nossos alunos utilizam ônibus escolar, 20,12% vem a pé e 9,75% de carro próprio.

O nível de escolaridade do pai é em grande parte fundamental incompleto somando aproximadamente 53,35% da clientela, seguido do médio incompleto, com 12,05%, fundamental completo, com 15,54%, Médio completo 11,58% e 6,9% com curso superior.

O nível de escolaridade da mãe é, em grande parte, do fundamental incompleto, somando aproximadamente 45,73%, ensino médio incompleto com 14,63%, seguido do fundamental completo com 16,15%, com médio completo 13,41% e 12,19% com curso superior.

Os pais são, em sua maioria, 26,52% empregados de empresas de diversos ramos como comercial, industrial, bancária, agrícola ou prestadora de serviços; temos também funcionários públicos (8,84%), trabalho autônomo (19,20%), sem atividades remuneradas 3,04%, sendo o restante de 37,19% de agricultores e pecuaristas.

As mães são, em sua maioria, empregadas de empresas de diversos ramos como comercial, industrial, bancária, agrícola ou prestadora de serviços somando aproximadamente 89,62%, seguido de trabalhos em casa ou sem atividade remunerada 10,06%.

A renda mensal da família é de 35,06% que recebe um salário mínimo, 32,01% recebem de um a três salários, 19,51% tem remuneração de três a cinco salários mínimos, 14,01% recebem mais de cinco salários.

Para a renda familiar contribuem, em sua maioria, 45,12%, duas pessoas (pai e mãe), sendo 8,53% a renda obtida por uma única pessoa e 37,80% por três ou quatro pessoas e por cinco ou mais 12,79%.

Com relação à participação do aluno para a renda familiar, percebemos que 71,95% não trabalham e seus gastos são financiados pela família e que 24,60% ajudam de alguma forma a compor a renda familiar e 3,96% trabalha e é responsável pela renda familiar.

Para elaboração dos questionários, buscou-se sugestões junto aos professores, equipe pedagógica e direção. Montamos esse PPP com intuito de atender a todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

2.8. OBJETIVO GERAL

O Colégio Estadual Duque de Caxias tem por objetivo formar um cidadão crítico, responsável, atuante, consciente de seus direitos e deveres, tendo como papel fundamental à formação social e intelectual dos indivíduos. Desenvolver o compromisso de formar um cidadão capaz de uma atuação crítica, criativa e transformadora, ciente de que é no coletivo que se efetiva a cidadania e se busca a garantia de uma sociedade mais justa, solidária e democrática, oferecendo ao educando e educador condições necessárias para a construção e reconstrução do conhecimento numa escola pública democrática e de qualidade, que busque a minimização dos índices de evasão e de repetência.

3. DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO-MARCO SITUACIONAL

3.1. GESTÃO ESCOLAR

Analisar a escola como instituição é apreender o sentido global de suas estruturas e de seu conjunto de normas, valores e relações, numa dinâmica singular e viva. Nesse sentido, cabe a esta gestão organizar a diversidade, construir espaços de autonomia, gerar a descentralização e impulsionar atitudes democráticas e comunicativas. “A escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal é preciso realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na clarificação destes limites pode-se alicerçar uma colaboração efetiva.” (NÓVOA, 1995, p.3).

Gestão Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, no âmbito da unidade escolar, baseada na legislação em vigor e nas diretrizes pedagógico-administrativas fixadas pela Secretaria de Estado da Educação.

O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre estrutura formal e as interações que se produzem no seu interior. Destacamos duas áreas das instâncias colegiadas da escola. A estrutura pedagógico-administrativa da escola: gestão colegiada, tomada de decisão e instância avaliativa; A estrutura social da escola: relação entre professores, funcionários e participação dos pais e auto-organização dos alunos.

Quando os educandos percebem a escola como um local de trabalho, estudo e auto-organização para realizar suas atividades e seus interesses, eles se envolvem no “coletivo” e a escola se transforma em local de formação, preparação para o trabalho e exercício da cidadania. É necessário considerar, portanto, a inter-relação das instâncias colegiadas. Esse é um desafio: o compromisso e a participação ativa dos integrantes da comunidade escolar, mobilizados pela reflexão crítica, de projetarem-se para o futuro.

Dois aspectos em relação à gestão escolar destacam-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96: Flexibilidade – a ênfase está colocada muito mais nos resultados a serem alcançados do que nos meios, no “como fazer”.

Descentralização administrativa – com ênfase na autonomia das escolas e na participação comunitária nos processos decisórios, organizativos e de execução. Dessas características resulta uma maior amplitude de ação por parte da escola e de seus membros, com proporcional aumento de responsabilidade. Há uma maior liberdade de ação, acompanhado de uma constante preocupação em avaliar os resultados obtidos. O importante é garantir a todos o direito de aprender conteúdos significativos para sua vida pessoal, comunitária e profissional.

De acordo com Dourado (DOURADO, 1998, p.79), a gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola.

Destacamos que uma gestão verdadeiramente democrática tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no cotidiano da escola e, especialmente, nos momentos de tomadas de decisões.

Entendemos que o processo democrático requer a participação ativa de seus sujeitos, participação essa que deve ser conquistada pouco a pouco, mas de maneira sólida. Segundo Demo, “a participação não é algo natural e, sim, um

processo de conquista, aprendizado e, sobretudo, de disputa com o poder dominante (DEMO, 1998, p.26)". À medida que nos organizamos para participar, estabelecemos uma disputa com o poder dominante e, com isso, criamos outra forma de poder.

A gestão democrática está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social; na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação.

Um dos elementos para compreender o processo de mudança que vivemos é o aumento progressivo da dependência dos países, dos governos, das empresas e dos indivíduos em relação ao conhecimento. Países e pessoas percebem melhor sua condição de dependência uns dos outros e o papel central que o conhecimento possui nessa dependência ou, pensando numa forma mais positiva. A maneira como os homens partilham o conhecimento, criando outros, é facilitada pela sua rápida divulgação pelos meios de comunicação e pela tecnologia da informática.

Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como Instâncias Colegiadas de representação da comunidade escolar estão legalmente instituídos por Estatutos e regulamentos próprios. São eles: O conselho Escolar, a Associação de Pais Mestres e Funcionários – APMF, Grêmios Estudantis e Conselho de Classe.

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar do Colégio Estadual “Duque de Caxias” EFM, é composto por representantes de alunos, professores, comunidade, pais, equipe pedagógica e direção.

O estatuto do Conselho escolar contempla normas claramente definidas, observando a Constituição, a LDB, a ECA, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da Escola, visando o cumprimento da função social específica da escola, os objetivos e demais diretrizes do Conselho Escolar.

Numa concepção democrática, o Conselho Escolar é concebido como local de debate e tomada de decisões, é um órgão que obtém grande poder na instituição de ensino, pois define linhas comportamentais e atitudinais, tanto dos alunos como dos professores, funcionários e da própria direção; busca a superação da organização prescritiva e burocrática, preocupa-se com os processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, as relações pedagógicas alternativas e contribui para a própria organização do trabalho pedagógico.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS – APMF

A APMF é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos. É uma instituição auxiliar da escola, que tem por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

O papel da APMF é de suma importância na gestão democrática, pois ela faz parte do corpo decisório, definindo e direcionando verbas para melhorar o desempenho pedagógico da instituição. Faz-se necessário o conhecimento e o domínio das atribuições dos representantes da comunidade escolar na atuação da APMF, conforme a lei vigente, já que a gestão é participativa e democrática. Para isso é extremamente importante o envolvimento da comunidade escolar, compreendendo como deve ser atuação, regimentada no Estatuto, uma vez que este está devidamente regulamentado no Regimento Escolar, e permite, no seu âmbito de ação, discutir sobre as ações de aprimoramento do ensino e a integração família – escola – comunidade.

A APMF deverá exercer a função de sustentadora jurídica de verbas públicas recebidas pela escola, com a participação dos pais no seu cotidiano em cumplicidade com a administração. Os recursos financeiros são repassados para as instituições, onde a unidade executiva (APMF) é responsável pela pesquisa de preços e compras de materiais em conjunto com a escola.

A APMF arrecada poucos recursos financeiros com algumas promoções do ano letivo, como festa junina e outras que contribuem na compra de materiais necessários para o bom funcionamento da escola.

É importante salientar que a APMF não pode ser concebida como mero instrumento de controle burocrático. Sua função é muito mais ampla, pois a Escola por si só não consegue fazer as mudanças necessárias para dar mais qualidade à educação pública, e se não houver uma vontade coletiva que queira transformar a existência da prática pedagógica concretamente, estaremos andando em círculos, sem chegar a lugar nenhum.

Gadotti afirma que a escola pública deverá “ter a qualidade controlada pela comunidade, cujas decisões a ela caibam e não sejam entregues aos devaneios e ao lirismo tecnológico dos planejadores (GADOTTI, ano 1990, p.167)”.

A participação dos pais, professores, alunos e funcionários por meio da APMF dará autonomia à escola, favorecendo a participação de todos nas tomadas de decisões no que concernem as atividades curriculares e culturais, à elaboração do calendário e horário escolar, entre outros.

GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio Estudantil é a instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno para além da sala de aula, sendo caracterizado por documento legal como órgão independente da direção da escola, ou qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição.

É uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos

estudantes que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais, sendo o órgão máximo de representação dos estudantes da escola.

Para que a verdadeira ação educativa aconteça na escola, essa deve necessariamente, garantir a autonomia dos alunos que interagem no processo educativo. Atuando nele, os alunos defendem seus direitos, interesses e vivenciem na prática, a ética e a cidadania.

Nesse sentido, tornam-se relevantes as discussões sobre a estrutura organizacional da escola, do trabalho pedagógico, Conselho Escolar, Conselho de Classe e outras instâncias de ação colegiada, que são as instituições auxiliares para o aprimoramento do processo educativo.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe contribui significativamente no desenvolvimento da função de escola. Os professores precisam estar integrados e participativos para poder decidir junto com os demais segmentos que compõem a escola quanto aos procedimentos e caminhos a ser percorrido, decidir metas e estratégias que serão escolhidas e utilizadas para alcançar os objetivos propostos e para que o ensino/aprendizagem se concretize.

No Colégio Duque de Caxias o Conselho de Classe acontece em três momentos: No primeiro momento realiza-se o pré-conselho envolvendo direção, equipe pedagógica e alunos, por turma; O segundo momento envolve todos os docentes, direção e equipe pedagógica, para analisar os resultados do pré-conselho, o Conselho de Classe propriamente dito; O terceiro momento acontece o pós-conselho, é o momento direcionado aos alunos em que de maneira individual, são realizadas as intervenções necessárias ao processo ensino/aprendizagem.

3.2. ENSINO-APRENDIZAGEM

A organização do trabalho na escola precisa delinear um novo perfil de competência coletiva, no qual se expressa uma primeira forma de divisão técnica de trabalho, uso mais equilibrado e racional dos recursos materiais do ensino e capacidade de programar, realizar e controlar a ação educacional;

Aqui se situam as novas funções decorrentes da necessidade de oferecer apoios específicos, de compensar carências de ingresso, de acompanhar o desenvolvimento do currículo em suas mínimas fases, funções que devem ser consideradas como constitutivas do trabalho didático (MARAGLIANO, 1986, p.27).

Nossa prática de ensino vem de encontro com concepção da Pedagogia Histórico-Crítica, que concebe uma prática docente comprometida com o processo ensino-aprendizagem, promotora das capacidades psíquicas e da

formação humana dos educandos, para que estes rompam com a alienação colocando-se conscientemente no âmbito social.

Esta teoria é de grande relevância para a educação brasileira, pois evidencia um método de trabalho que visa estimular a atividade e a iniciativa do professor, favorecer o diálogo, levar em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos.

Exercer o convívio social no âmbito escolar favorece a construção de uma identidade pessoal, pois a socialização se caracteriza por um lado pela diferenciação individual e por outro pela construção de padrões de identidade coletiva. Nesta perspectiva a escola é socializadora dos conhecimentos e saberes universais.

A ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e pedagógico, levando em conta a interação entre professor-aluno-conhecimento e contexto histórico-social.

Nossa Instituição vem procurando melhorar o desenvolvimento de sua atuação tendo como principal meta o ensino-aprendizagem efetivo. Para isto conquistas e avanços notam-se no histórico de nossa Instituição, baseados em princípios sólidos de democratização do ensino e priorização da aprendizagem.

Busca-se manter o vínculo com o campo das teorias críticas da educação e as metodologias que priorizem diferentes formas de ensinar, de aprender e de avaliar. Nessa concepção de conhecimento considera-se suas dimensões científicas, filosóficas e artísticas, enfatizando a importância de todas as disciplinas.

É planejando propostas com objetivos amplos e flexíveis que podemos permitir o avanço surpreendente da aprendizagem dos alunos, naturalmente curiosas e investigativas.

O planejamento Escolar no que se refere aos aspectos relevantes é organizado diretamente pelos envolvidos na Instituição de Ensino. Todas as ações inicialmente estão definidas no plano de ação da escola, e em momentos coletivos o Planejamento é reformulado para melhor atender as necessidades e particularidades da comunidade escolar.

O Plano de Trabalho Docente é realizado semestralmente, além de acompanhar e embasar a atuação do professor no dia a dia na sala de aula determina como será desenvolvido o determinado no currículo para a série ou ano escolar, estes são revistos constantemente e se necessário replanejados. O Plano de Trabalho Docente fica arquivado nos computadores dos pedagogos e uma cópia é disponibilizada na secretaria, para que a comunidade escolar possa ter acesso.

A Equipe Pedagógica acompanha os professores desde que assumem suas aulas na Instituição de Ensino: Nas capacitações, na elaboração do PPC e PTD, na orientação e observação quanto ao registro de classe, no desenvolvimento do trabalho docente dando suporte didático/pedagógico, no desenvolvimento das práticas pedagógicas quando há necessidade e acompanhando o desenvolvimento dos alunos em todo processo de avaliação, aos alunos com dificuldades ou disciplinar, buscando soluções para o desenvolvimento dos mesmos e no atendimento a pais ou responsáveis.

Toda prática pedagógica enriquece o aprendizado e necessita ser registrado. Os registros do conteúdo tornam o trabalho do educador concreto e visível e, como tal, um ingrediente importante para a elaboração da documentação pedagógica. Além da ação de registrar é meio de reflexão. A reflexão pode ocorrer em vários momentos, que se complementam e enriquecem a visão sobre nosso fazer. O educador pode realizá-la sozinho, com outros educadores nos momentos de troca, com os alunos e com os pais. Em todas as situações ela se torna um aprendizado.

O ato de registrar e refletir sobre os registros para compor a documentação, permite desenvolver um trabalho educativo que acompanha verdadeiramente o grupo.

Assim, toda prática pedagógica tem seu registro no Livro Registro de Classe dos professores e também na forma de relatório quando se refere a projetos externos onde o envolvimento se exterioriza ao espaço de sala de aula. Os registros ficam armazenados em arquivos que vão para o compartilhamento público à disposição para toda comunidade escolar acessar e também guardados em lugar apropriado, junto à equipe diretiva da escola.

A Documentação é a memória viva da prática pedagógica, o processo de elaborá-la pode também funcionar como uma maneira de resgatar as aprendizagens professor/aluno, conquistadas em experiências anteriores, e viabilizar novas conexões.

Nesse sentido, possibilita usar os conteúdos como um meio de refletir sobre o nosso próprio trabalho pedagógico.

3.3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO PÚBLICO ALVO

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de alunos com ou sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos professores em geral. É um desafio, para a especialidade e competência de ensinar, pois envolve uma mudança de atitude face ao diferente.

Cumprir o dever de incluir todos os alunos na escola supõe considerações que nos remetem à Ética, à Justiça e ao direito de todos ao acesso ao saber e à formação. Sejam suas dificuldades e incapacidades reais ou circunstanciais, físicas ou intelectuais, sociais, têm a mesma necessidade de serem aceitos, compreendidos e respeitados em seus diferentes estilos e maneiras de aprender e quanto ao tempo, interesse e possibilidades de ampliar e de aprofundar conhecimentos, em qualquer nível escolar.

A inclusão deve ocorrer em todas as esferas sociais e principalmente na escolar para que o aluno portador de qualquer tipo de deficiência sinta-se acolhido e integrado na sala de aula e nos conteúdos ensinados pelo professor.

Para que isso ocorra à escola deve permitir a acessibilidade ao aluno e a sua permanência. Logo, faz-se necessário adequar o espaço físico e também

especializar os professores, para que desenvolvam um atendimento pedagógico adequado ao público mencionado.

No Colégio Duque de Caxias, há duas Salas Multifuncionais em funcionamento, com atendimento em períodos diferentes e por professores especializados na área. Esses alunos são previamente avaliados por profissionais especializados para diagnosticar suas limitações e assim, ter atendimento de forma individual e diversificada pelo professor. Os alunos atendidos apresentam dislexia, discalculia, deficiência intelectual, transtorno de desenvolvimento global, baixa visão e problemas comportamentais.

Acompanhando o progresso escolar destes alunos verifica-se que, mesmo sendo lento, há muito esforço e dedicação dos alunos e dos professores. Diante disso reiteramos a importância de haver uma mudança do paradigma conceitual quanto à deficiência, sensibilidade e comprometimento de todos que fazem parte do processo ensino- aprendizagem.

3.4. ARTICULAÇÃO ENTRE AS ETAPAS DE ENSINO

A cada idade corresponde uma forma de vida que tem valor, equilíbrio e coerência que merece ser respeitada e levada a sério; A cada idade correspondem problemas e conflitos reais (...), pois o tempo todo, ela (a criança) teve de enfrentar situações novas (...). Temos de incentivá-la a gostar da sua idade a desfrutar do seu presente. (SNYDERS, ano 1993, p. 39)

A transição da Educação Fundamental I, para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio deve ser vista como um processo de continuidade, implicando numa apropriação de conhecimentos e procedimentos culturalmente construídos e internalização de valores sem queimar processos e extrapolar vivências.

É fato que esta passagem altera de modo geral a rotina do aluno, pois nesta fase eles costumam experimentar sentimentos de angústia, bem como de deslumbramento diante do novo ambiente. Esta transição coincide com outras transformações pelas quais os educandos estão vivenciando nesta faixa etária.

Dessa maneira a transição das séries iniciais para as séries finais do Ensino Fundamental é fundamentalmente marcada por uma ruptura de paradigmas, ou seja, marcada por uma mudança muito significativa na vida do aluno. Nesse novo contexto escolar o aluno se confronta com a exagerada fragmentação do conhecimento apresentado a ele, quando se depara com vários professores, cada um na sua área específica. Diante disso, a escola deve articular ações no ambiente pedagógico que sejam capazes de atenuar a passagem/transição, proporcionando uma adaptação tranquila e um aprendizado de qualidade.

Nessa perspectiva de continuidade é fundamental o processo de educar/cuidar, pois busca propiciar a progressiva afirmação da identidade e do protagonismo da criança. Esse protagonismo implica a apropriação de conhecimentos e procedimentos culturalmente construídos e a internalização de valores éticos, políticos e estéticos.

Os alunos do 5º ano da Escola Municipal Padre Felipe fazem visita no Colégio Estadual Duque de Caxias para conhecerem a estrutura da escola, bem

como interagirem com os alunos do 6º ano através de visitas na sala e conversa. As equipes pedagógicas de ambas as escolas reúnem-se ao final do ano para discutir sobre a vida escolar dos alunos.

No Colégio Estadual Duque de Caxias existe uma conexão entre os professores do Ensino Fundamental II com Ensino Médio sobre alguma possível defasagem de conteúdo dos alunos ou de currículo. Sempre é debatido em capacitações, reuniões pedagógicas sendo as etapas dentro do próprio colégio.

Tais estratégias permitem que esse processo seja compreendido como uma transição construtiva, não permitindo que as crianças percam suas particularidades e queimem etapas na formação intelectual, pessoal e social.

3.5. ARTICULAÇÃO ENTRE DIRETORES, PEDAGOGOS, PROFESSORES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Encontramos na escola diversas lideranças, atuando cada qual na sua função e que precisam definir suas ações em harmonia com o Projeto Político Pedagógico da instituição. É importante sempre salientar que para tornar a escola um espaço especial, visando à construção de uma sociedade melhor, cabe a cada um, desenvolver um trabalho em equipe solidário entre todos os que compõem o cotidiano escolar. Juntos precisam eleger como prioridade a aprendizagem dos alunos, desenvolvendo atitudes de gestão compartilhada, entendendo que a gestão não pode ser jamais um fim em si mesmo e que para ter sentido, tem que estar a serviço do êxito dos alunos.

A ação de todos os profissionais da educação, mesmo os que não atuam na sala de aula só faz sentido se favorecer o trabalho do professor, resultando em benefícios educacionais e sociais para os alunos. O clima organizacional precisa ser favorável à aprendizagem e que os professores estimulados, desenvolvam trabalhos onde a curiosidade do aluno seja despertada para continuar a aprendendo e que ele receba na escola as condições para tal.

Precisamos construir uma escola autônoma, aberta, flexível, democrática e participativa, que seja um espaço de socialização. Uma escola que estabeleça diálogos com a comunidade escolar, onde os professores se comprometam com os resultados dos alunos, onde as famílias estejam presentes. É preciso transformá-la também num ambiente voltado à reflexão.

Nesse sentido, o papel do gestor/diretor passa a ser muito importante. É essencial entender o conceito de liderança educacional como um tipo de intervenção junto às pessoas, por meio do qual se promovem novas maneiras de pensar e agir. Se educadores não mudam sua forma de pensar, não mudarão sua atuação cotidiana. Para promover a interação entre todos os profissionais, realizam-se na instituição, reuniões pedagógicas periodicamente. Como dizia Paulo Freire, “Ninguém educa ninguém, os homens se educam em comunhão!” (FREIRE, ano 2003, p. 79)

3.6. ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Diante das diversas dificuldades encontradas na sociedade, a integração família, escola e comunidade se tornam emergencial. No Brasil, a própria Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinam a participação dos pais para a efetivação do processo da gestão democrática nas escolas.

No entanto, de acordo com o que diz Heloísa Lück no texto Escola, Comunidade e Família no Brasil, da revista Gestão em Rede de agosto/2006: "mais do que o cumprimento de uma determinação legal, a busca pelo fortalecimento dessa parceria colaborativa se apresenta, no atual contexto social, como um dos poucos caminhos viáveis para que escolas e famílias consigam superar as dificuldades que vêm enfrentando na educação de seus filhos/alunos".

Há um reconhecimento por parte das escolas, de que a educação de crianças, adolescentes e jovens, é uma tarefa muito complexa e que exige um trabalho conjunto com a família, para que se possa obter sucesso. Esta parceria equivale em não admitir a transferência de responsabilidades, mas de cooperação para que se promova uma educação baseada em valores fundamentais para a construção de uma cidadania responsável.

É imprescindível para o crescimento da criança em todos os seus aspectos a integração entre família, escola e comunidade em geral, pois cada segmento tem uma função específica, norteadora de múltiplas construções em relação ao educando.

O Colégio Estadual Duque de Caxias prima pela participação efetiva dos pais ou responsáveis pela criança no espaço escolar. Dessa forma, promove tal integração através de algumas atividades como reuniões com os pais, os convidando-os para duas reuniões gerais no ano e por turma sempre que necessário. Além disso, os pais comparecem ao colégio sempre que sentirem necessidade.

3.7. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Para melhorar a prática docente, vários estudiosos desta área apontam como alternativa a formação continuada de professores. Segundo Schnetzler (1996, 2003), para justificar a formação continuada de professores, três razões têm sido normalmente apontadas:

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER e ROSA, 2003, p.27).

A formação continuada, não se esgota somente em um curso de atualização, mas deve ser contínua. É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma

formação contínua ele poderá melhorar sua prática e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada à sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

O professor deve deter a capacidade de refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que, é através do processo reflexo que irá se tornar um educador e construir sua identidade profissional docente. Dessa forma, será capaz de se adaptar às diversas e rápidas mudanças no campo educacional, enfrentando as dificuldades encontradas na realidade da sala de aula.

A prática e o ato de reflexão sobre a prática exercida no espaço da sala de aula vêm contribuir para o surgimento de uma ressignificação do conceito de professor, de aluno, de aula e de aprendizagem. O professor deve assumir o papel de facilitador e mediador do conhecimento, um participante ativo da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma aprendizagem em que o aluno seja sujeito do processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, podemos perceber a importância do professor na sua própria formação e na formação dos educandos. Agindo como mediador, o docente está dando a oportunidade aos alunos a terem autonomia na construção do seu próprio conhecimento como forma de compreender a realidade social em que vivem.

É através de um processo formativo capaz de mobilizar os saberes da teoria da educação que os docentes compreenderão e desenvolverão as competências e habilidades necessárias para a investigação da sua própria atividade. Essa formação deve ser permanente e dirigida à equipe de professores tendo como eixo norteador a demanda concreta e contextualizada dos professores que participam da formação realizada em horário de trabalho, pois faz parte da atuação docente.

Portanto a formação permanente é um instrumento básico para garantir o desenvolvimento profissional estimulando o desenvolvimento de projetos pessoais de estudo e trabalho considerada como um dos elementos do projeto pedagógico da escola, cujo objetivo é potencializar a reflexão e a elaboração das equipes sobre a prática. A elaboração do projeto pedagógico, assim como a formação profissional, é um processo permanente de reflexão e aperfeiçoamento da equipe.

Em resumo, poderíamos dizer que o professor se tornou um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador. Em sua essência, ser professor hoje, não é nem mais difícil nem mais fácil do que era há algumas décadas atrás. Diante da velocidade com que a informação se desloca, envelhece e morre, diante de um mundo em constante mudança, seu papel vem mudando, senão na essencial tarefa de educar, pelo menos na tarefa de ensinar, de conduzir a aprendizagem e na sua própria formação que se tornou permanentemente necessária.

As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. Agora, além da escola, também o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, pois podem, de lá, acessar o ciberespaço da formação e da aprendizagem à distância, buscar “fora” – a informação disponível nas redes de computadores interligados e outros serviços que respondem às suas demandas de conhecimento.

A sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem. Nesse contexto, o professor é muito mais um

mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 67 estabelece que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais.

Sendo assim, o Colégio Estadual Duque de Caxias, organiza o processo de formação continuada “Grupos de Estudo” realizado com professores, equipe pedagógica, direção e equipe administrativa e visa possibilitar momentos de trocas de experiências, vivências, discussões, reflexões, ideias, estudos de aprofundamento entre os professores e especialistas, para enriquecimento de aulas, projetos e temas geradores.

Estes projetos oportunizam aos profissionais da educação, assuntos referentes à problemática educacional, ao currículo e objetivos a serem atingidos: disciplina, avaliação e trabalho de apoio ao aluno com dificuldades de aprendizado, trabalho participativo, envolvimento dos pais, comunidades e outros escolhidos, conforme a necessidade do momento após avaliação, estudo, análise e reflexão sobre os mesmos e andamento do Projeto Político Pedagógico.

A formação continuada vem de encontro ao fato de que, na sociedade do conhecimento e no mundo do trabalho, será preciso achar formas de continuar aprendendo sempre e desenvolver-se profissionalmente, no caso do professor, a escola é o contexto privilegiado da formação continuada.

O PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) “é um programa que prevê avanços na carreira e tempo livre de estudos, demonstra a justa preocupação com a formação permanente” dos profissionais da educação. É uma política pública que estabelece o diálogo entre professores da Educação Superior e os da Educação Básica, através de atividades teóricas– práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública do Paraná.

A Formação em Ação, Semana Pedagógica e Equipe Multidisciplinar faz parte da formação continuada do colégio. Passado necessariamente, pelo estudo da teoria-discussão-reflexão da prática, à melhoria na qualidade da educação, a discussão sobre as diretrizes curriculares e propostas pedagógicas de cada nível, modalidade e ou área do conhecimento e sistematizar os conhecimentos decorrentes das discussões realizadas, como forma de proporcionar em toda a rede educacional a possibilidade de leitura e de rediscussão da produção dos simpósios, na instância escolar.

3.8. ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE (REDE ESTADUAL)

A cultura específica de cada escola tem evidenciado as possíveis formas de organização da hora-atividade. A escola interpreta e incorpora os parâmetros conforme suas necessidades e possibilidades, para grupos de estudos e discussão de assuntos que organizam e apoiam a equipe Pedagógica e direção, participação da “CGE” – que é a Coordenação de Gestão Escolar e coordenadas pela equipe de ensino do NRE.

Segundo a Instrução nº 10/2016- Seed/ Sued: “Organização da hora-atividade nas instituições de ensino da Rede Estadual do Paraná, nos anos

iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e, para as Escolas Conveniadas”.

A hora atividade deverá ser cumprida na instituição de ensino. Excepcionalmente, poderá ser cumprida fora da instituição de ensino, em atividades autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação. Nos casos em que os profissionais estejam supridos em mais de uma instituição de ensino, a hora-atividade, a ser cumprida, deverá ser proporcional ao número de aulas ministradas em cada uma das instituições.

Essa atividade permite a troca de experiências no dia a dia e aprofundamento de discussões sobre o verdadeiro papel do professor e como inserir-se no imaginário da comunidade. O planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações a serem executadas na hora-atividade dos professores, são de responsabilidade do conjunto de professores que vão desempenhar as ações, com orientação, supervisão e acompanhamento da equipe pedagógica ou do diretor da escola, e por isso, devem vir acompanhados de um processo de reflexão sobre as necessidades e possibilidades do trabalho docente na escola.

Alguns aspectos são relevantes para os docentes desenvolverem na hora atividade: Levantamento de diagnóstico das turmas para tomada de ações; Revisão do planejamento, por disciplina, a partir dos resultados obtidos durante as atividades desenvolvidas em sala de aula; Conhecer e selecionar os materiais didáticos pedagógicos existentes na escola com o objetivo de redimensionar sua prática pedagógica em sala de aula; Confeccionar materiais didáticos pedagógicos; Auto avaliar-se e buscar meios para redimensionar sua prática pedagógica; Preparar atividades específicas com o objetivo de recuperar alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem; Seguir as orientações do corpo administrativo da escola, desde que estes sejam relacionadas com os objetivos da hora atividade; Incentivo a criação e desenvolvimento de projetos pedagógicos; Desenvolver uma metodologia capaz de assegurar o interesse, a participação, o gosto, a criatividade, a criticidade do aluno; Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos que obtiverem resultados de aprendizagem abaixo do esperado e executá-las em sala de aula; Promover trocas de experiências entre os professores da mesma disciplina para contribuir positivamente para o atendimento aos alunos; Analisar e emitir pareceres a serem desenvolvidos pelos professores, equipe pedagógica e direção sobre determinadas situações-problema da aprendizagem ou comportamental, com vistas a sua melhoria; Buscar verificar e aprofundar os encaminhamentos e metodologias para trabalhar com os alunos inclusos.

3.9. ORGANIZAÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO E CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

Pode-se observar que a questão do tempo e do espaço como tarefas administrativas, as quais se apresentam de forma concreta seguindo o calendário civil e a divisão dos horários, a dimensão e distribuição das salas, corredores, salas de múltiplo uso, laboratórios, parte administrativa, pátios.

A própria palavra tempo apresenta uma singularidade, pois as pessoas compreendem esta palavra, sem observar o conceito implícito que ela contém, ficando apenas do seu significado aparente. A palavra tempo faz referência ao tempo cronológico, o tempo físico, socialmente estabelecido. Mas também é importante pensar-se no tempo subjetivo, ou o tempo vivido, o tempo da consciência, das emoções.

Esse tempo vivido é um tempo que se estabelece nas ações desenvolvidas pelas pessoas no cotidiano e que podem constituir-se em aprendizagens significativas, mas que não estão vinculadas ao tempo contado em minutos ou horas, pois a vivência de determinadas situações, é que possibilitam o desencadeamento de processos cognitivos e emocionais, particulares em cada pessoa, e estão relacionados ao processo de desenvolvimento de ordem biológica, psicológica e cultural.

Repensar a organização de tempo e espaço na escola, em seu cotidiano é repensar diversas estruturas que compõe esta instituição. É possível ilustrar a questão com a declaração encontrada no livro de Miguel Arroyo, *Imagens Quebradas* (2004, p.206): “Sempre soube que tinha que planejar o tempo de minha aula, prever o que ensinar e o que aprender em cada bimestre e série, porém ignorei os tempos dos alunos”. Acrescenta-se a esta citação, a relação com o espaço considerado disponível para a ação de ensinar e aprender.

Estes espaços referem-se às ocupações pelos alunos, professores, administrativos e de apoio. No Colégio está disponível para uso coletivo a biblioteca, os laboratórios, sala dos professores para o intervalo e para hora/atividade, além de outros espaços necessários para o andamento escolar. A Biblioteca não deve ser pensada como um espaço onde apenas o aluno é frequentador, mas também professores e a própria comunidade. Para melhor entender o conceito de biblioteca escolar é preciso entendê-la como um local privilegiado para a prática pedagógica.

Entende-se assim, que a biblioteca escolar deve ser organizada de forma a se integrar com a sala de aula no desenvolvimento do currículo escolar, deve ainda ter como objetivo despertar os alunos para a leitura, desenvolvendo o prazer de ler podendo servir também, como suporte para a comunidade em suas necessidades de informação.

Conforme normatização de uso dos laboratórios de informática nos estabelecimentos estaduais de ensino público, a utilização desse ambiente está direcionada a atividades pedagógicas, priorizando os professores em hora atividade ou contra turno para pesquisas e produção de material pedagógico. As atividades desenvolvidas com alunos são de responsabilidade do professor proponente.

O acesso dos alunos somente é permitido com o acompanhamento do professor ou do responsável pelo setor e como finalidade de aprendizagem, com destaque a pesquisa escolar, produção de atividades e trabalhos escolares. O uso da internet restringe-se ao acesso de conteúdos educacionais, informal ou institucional concernentes aos componentes curriculares e assuntos relacionados à formação escolar.

Propõem-se como atividades a serem desenvolvidas, noções básicas de utilização dos recursos disponíveis, pesquisas na rede, utilização de sites educacionais que oferecem atividades online e outros materiais que contribuem

para uma melhor assimilação dos conteúdos, aproximando-os do mundo real e das necessidades do mercado de trabalho.

O Laboratório de Química Física e Biologia, é um espaço pedagógico, destinado aos experimentos das disciplinas citadas, um espaço onde o professor aplica a teoria de forma a desvelar a dicotomia entre teoria e prática que existe na escola e em especial nessas disciplinas. Esse espaço necessita de novos e atualizados instrumentos e equipamentos que possibilitem a pesquisa inicial e a aplicabilidade na área da física, química e da biologia. Também não há nos quadros de apoio da escola, a figura do assistente de execução ou técnico para atender esse espaço tão importante e necessário ao desenvolvimento dos alunos e à melhoria da qualidade da educação.

A distribuição das turmas nos referidos turnos é organizada de acordo com o número de salas de aula disponíveis. As rotinas diárias seguem horários determinados pela gestão escolar desde o início do ano letivo e são respeitadas por toda a comunidade escolar.

3.10. ÍNDICES DE APROVEITAMENTO ESCOLAR (INDICADORES INTERNO E EXTERNOS) E ÍNDICES DE ABANDONO/EVASÃO RELAÇÃO IDADE/ANO

Ao observarmos os dados dispostos no Relatório Final de Validação de Informações do Censo Escolar do ano letivo de 2015, especificamente, o rendimento e movimento escolar, podemos observar que houve no total de 667 alunos matriculados no primeiro grau e Ensino Médio. Sendo que no primeiro grau um total de 413 alunos, destes a aprovação final foi de 88,68%, sendo a reprovação de 11,32% com um total de 46 alunos. No Ensino Médio houve 254 alunos matriculados destes a aprovação final foi de 88,61%, sendo a reprovação de 10,39% com um total de 26 de alunos.

O abandono do ensino fundamental foi de 00% com 00 alunos e no Ensino Médio de 00% com 00 alunos. Quanto à taxa de distorção idade/série-ano de 2015 apresentou no Ensino Fundamental 14,70% e no Ensino Médio 6,40%. As informações aqui apresentadas estão na íntegra no relatório de Rendimento e Movimento Escolar de 2015.

Esses dados são analisados no início do ano letivo, na reunião pedagógica, onde toda a comunidade escolar participa. No momento, realiza-se uma reflexão coletiva sobre esses índices, utilizando cartazes e/ou multimídia. Baseando-se nos dados, são traçadas metas para promover um melhor desempenho dos alunos e da instituição de ensino. Essa reflexão permite avançar por melhores resultados.

3.11. RELAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DISCENTES

Com expectativas da educação na formação de indivíduos críticos-reflexivos, as mudanças deverão ocorrer não apenas nas palavras, mas nas atitudes. É preciso estar comprometido com o aluno, com a escola, a sociedade e professores por uma educação de qualidade, vendo o aluno como indivíduo ativo

do processo ensino-aprendizagem. Só assim os docentes estarão cumprindo o papel de orientador realizando mais que o simples papel de ensinar. “Na experiência educativa, educandos e educadores, juntos convivam de tal maneira com este ou com outros saberes que eles vão virando sabedoria” (FREIRE, 1996, p.58).

E nesse sentido a produção conjunta do conhecimento é uma forma de interação ativa entre o professor e os alunos, pois abre horizontes para novos conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções, bem como a fixação e consolidação de conhecimentos e convicções adquiridas anteriormente.

O processo interativo da produção de conhecimento na relação professor – aluno acontece por meio de um vínculo estreito e pessoal, no qual a afetividade, a amorosidade e o embasamento teórico estejam presentes. É, antes de tudo, um exercício de liberdade e democracia. Disciplina, parceria, cooperação e construção conjunta do conhecimento são resultados de uma ação coletiva na qual os papéis de aluno e professor têm clareza de definição.

Do professor espera-se que assuma postura de educador, conduzindo o processo construtivo, mediando interpretações, fornecendo elementos instigadores, informações ampliadoras, intervindo, interferindo, estimulando, orientando e desafiando permanentemente o aluno que, aprendendo a aprender, torna-se sujeito no processo ensino-aprendizagem.

Do aluno o papel reservado é de protagonista do processo, pois a partir dos elementos e questões levantadas, experimenta, duvida, analisa, erra, reconstrói, e, finalmente, aprende, consolidando um conhecimento construído no processo educacional.

4. MARCO CONCEITUAL

4.1. EDUCAÇÃO

A Educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens, situando-os dentro da história. Assim, é preciso termos em vista os princípios: gestão democrática, valorização dos profissionais da Educação, qualidade de ensino, relação entre escola e comunidade, autonomia e democratização do acesso e permanência com sucesso do aluno na Escola.

Essas aprendizagens serão significativas na medida em que elas consigam estabelecer relações entre os conteúdos escolares e o conhecimento previamente estabelecido, que atenda às expectativas, intenções e propósitos de aprendizagem do aluno.

Para atender à lógica, os interesses e necessidades da maioria de nossos alunos, a concepção de educação não pode se limitar à questão da distribuição de conteúdos, logicamente estruturados pelo professor, nem a organização de termos segundos interesses individuais dos alunos, mas ela inclui a sistematização coletiva de conteúdos, a qual envolve a coletivização da prática social dos alunos que possibilite interagir em seu meio. De acordo com Saviani, “educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência para o mercado de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho”. (SAVIANI, 1992, p.19).

A educação tem uma dimensão histórica por representar a própria história individual do ser humano e da sociedade em sua evolução. É um fato existencial porque o homem se faz ser homem – processo constitutivo do ser humano. É um fato social pelas relações de interesses e valores que movem a sociedade, num movimento contraditório de reprodução do presente e da expectativa de transformação futura. Intencional ao pretender formar um homem com um conceito prévio de homem. É libertadora porque, segundo Boff “se faz necessário desenvolver uma educação que nos abra para uma democracia integral, capaz de produzir um tipo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentado (BOFF, 2000, p. 77)”.

A educação visa atingir três objetivos que formam o ser humano para gerir uma democracia aberta: A apropriação pelo cidadão e pela comunidade dos instrumentos adequados para pensar a sua prática individual e social e para ganhar uma visão globalizante da realidade que o possa orientar em sua vida; a apropriação pelo cidadão e pela comunidade do conhecimento científico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história para garantir-lhe a satisfação de suas necessidades e realizar suas aspirações; a apropriação por parte dos cidadãos e da comunidade, dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento acumulado, reciclá-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitivas humanas.

Vista como processo de desenvolvimento da natureza humana, a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para constituir-se e transformar a realidade.

A educação possibilita a compreensão da realidade histórico-social e explicita o papel do sujeito construtor/transformador dessa mesma realidade. Por isso deve-se valorizar o conhecimento do aluno, considerando suas dúvidas e inquietações, promovendo situações de aprendizagem que façam sentido para ele: Exercer o convívio social no âmbito escolar favorece a construção de uma identidade pessoal, pois a socialização se caracteriza por um lado pela diferenciação individual e por outro pela construção de padrões de identidade coletiva; É uma teoria crítica, pois sustenta a finalidade sócio-política da educação; É instrumento de luta de professores ao lado de outras práticas sociais; É uma tendência Histórico-Crítica, onde sua prática pedagógica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da sociedade.

4.2. HOMEM

O homem é um ser natural e social, que age na natureza transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos.

Conforme Saviani, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. “Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho” (Saviani, 1992, p. 19). Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem.

Se o homem é constituído pelas circunstâncias, é necessário construir várias circunstâncias humanas. Se o homem é social por natureza, é na sociedade que ele desenvolve a sua verdadeira natureza [...] Segue-se a necessidade de organizar de tal modo o mundo empírico, que o verdadeiramente humano seja ali experimentado pelo homem, que o homem se habitue a fazer a experiência de si mesmo, na sua qualidade de homem. (CALVEZ,1959,p.71-2)

Partindo do pressuposto que o homem constitui-se um ser histórico, faz-se necessário compreendê-lo em suas relações inerentes a natureza humana. O homem é, antes de tudo, um ser de vontade, um ser que se pronuncia sobre a realidade.

Alguns desafios são fundamentais no que se refere à formação do sujeito, desenvolver competências para contextualizar e integrar, para situar qualquer informação em seu contexto, para colocar e tratar os problemas, ou seja, formar sujeitos que possam enfrentar realidade cada vez mais complexa.

Assim, acreditamos na possibilidade de formar um cidadão mais indignado com as manifestações e acontecimentos da vida cotidiana, um cidadão que saiba mediar conflitos e propor soluções criativas e adequadas a favor da coletividade, que tenha liberdade de pensamento e atitudes autônomas para buscar informações nos diferentes contextos, organizá-las e transformá-las em conhecimentos aplicáveis.

Para o educador Paulo Freire (1996), o homem só começa a ser um sujeito social, quando estabelece contato com outros homens, com o mundo e com o contexto de realidade que os determina geográfica, histórica e culturalmente, é nessa perspectiva que a escola se torna um dos espaços privilegiados para a formação do homem.

A concepção histórico-social aponta o homem como um processo, valorizado na sua existência pessoal e concreta. Assim, entende-se o ser humano como alguém ou algo no espaço e no tempo, marcado pela sua singularidade e capacidade de realização de atividades. O homem, como processo, é um ser em inacabamento, pois não nasce pronto, não se nasce homem. Assim, se tornando um ser social em convivência. Todo conhecimento produzido em qualquer época, em qualquer área, traz consigo uma clara concepção do homem.

4.3. MUNDO

O mundo representa o espaço geopolítico no qual se constrói a existência humana com determinadas possibilidades e potencialidades, construídas historicamente pelos seres humanos face às suas relações com as condições naturais desse espaço e pelas relações pessoais e sociais.

O mundo é o local onde ocorrem as interações homem-homem e homem-meio social, caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido à rapidez do processo de assimilação das informações e pela globalização torna-se necessário proporcionar ao homem o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam superadas as injustiças, diferenças, distinções e divisões na tentativa de se formar o ser humano que se imagina. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança

social.

O Colégio Duque de Caxias contempla uma concepção baseada na reflexão sobre a presença da escola na sociedade, sabendo-se que ela destina-se à promoção do homem, homem este, inserido numa sociedade com desigualdades sociais, culturais, raciais, étnicas e religiosas.

Para isso, necessariamente, requer um educador que seja um profundo conhecedor do próprio homem. Docentes capacitados para fazer o seu trabalho, em ação coletiva com os educandos compreendendo o seu estar no mundo, o seu fazer, fazendo-se.

O mundo atual está passando por inúmeras e cada vez mais aceleradas transformações em torno de todos os campos da sociedade, desde o princípio da civilização o homem esta sempre em busca de adaptações, mudanças, novos conhecimentos, aliás, fato este implícito em sua constante busca do saber e aprender. As escolas são locais onde ocorre a emancipação do estudante, onde se formam cidadãos conscientes de suas responsabilidades socioambientais, formam-se indivíduos empreendedores do conhecimento e lapidam-se vocações para ocupar seu lugar no mundo.

Portanto há necessidade de que os ambientes educativos se tornem lugares onde crianças e jovens tenham habilidades para interferir no conhecimento estabelecido, desenvolvendo novas soluções, e aplicá-las de forma responsável para o bem estar da sociedade.

4.4. SOCIEDADE

A sociedade que temos é baseada nos conhecimentos culturais, assimilados e apreendidos através dos tempos, de geração a geração, conjuntamente com os conhecimentos adquiridos e porque não construídos na escola, cientificamente. Segundo Demerval Saviani (1992, p.19), “Obviamente que não se trata de leis naturais, mas sim de leis históricas, ou seja, de leis que se constituem historicamente”.

Para termos a sociedade que queremos devemos ter consciência do papel, ou função que cada um desempenha, comprometidos em suas especificidades, em prol da coletividade.

A sociedade é mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e de agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformação da base econômica.

Permitir que a sociedade exercesse seu direito à informação e à participação deve fazer parte dos objetivos de um governo que se comprometa com a solidificação da democracia. A democracia pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida (em casa, na escola, no bairro, etc.).

Quando se questiona o próprio sentido da escola, a sua função social e a natureza do trabalho educativo, enquanto docentes, aparecemos sem iniciativa, “arredados ou deslocados pela força arroladora dos fatos, pela vertiginosa sucessão de acontecimentos que tornaram obsoletos os conteúdos e as práticas educativas” (GOMES, 1998, p. 15).

E para que isso não aconteça, precisamos entender em que tipo de

[EL1] Comentário: Inserir nas referências.

sociedade está inserido. A sociedade que buscamos construir deverá estar assentada nos valores éticos, e que seus integrantes participem da sua construção, com normas de convivência, participação de todos e responsabilidade no bem comum.

Uma sociedade que tenha como meta e equilíbrio social e intelectual, baseado na saúde, educação e segurança para todos, onde as pessoas possam ser felizes, sabendo respeitar o limite de seus espaços, concordando e agindo com regras de convivência.

4.5. CIDADANIA

A cidadania ativa é um valor que não só se ensina, mas que acima de tudo se vive e convive. Na medida em que as pessoas são despertadas e sensibilizadas para uma participação em que o processo de construção é construído por elas mesmas com autonomia e respeito apesar das diferenças, então as possibilidades de uma formação cidadã começam a se concretizar. Na escola, esta formação acontece quando os alunos são ouvidos, valorizados e respeitados em suas propostas.

Historicamente, o Brasil foi construído de cima para baixo e de fora para dentro: poderes coloniais, elites proprietárias, Estado realimentando as desigualdades e agravando inclusões. Neste momento, para construir outra base social constituída por aqueles excluídos da história brasileira, organizações de diferentes movimentos sociais, acumulem força e conseguindo expressar-se, tomando as rédeas do seu destino, criando uma nação soberana, aberta ao diálogo e a participação. De acordo com Boff,

Cidadania é um processo histórico-social que capacita à massa humana a forjar condições de consciência, de organização e elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino (BOFF, 2000, p 51).

Reafirmando a citação de Boff, (BOFF apud MARTINS, 2000, p. 53) diz: “a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal, social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres”. A realização se faz através de lutas contra as discriminações, de abolição de barreiras segregativas entre indivíduos e contra opressões e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos nas tomadas de decisões.

É condição essencial da cidadania, reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado, uma vez que, quando a desigualdade é somente confrontada na arena pública, reina a tutela sobre a sociedade, fazendo-a dependente dos serviços públicos. No entanto, ser/estar interessado não dispensa o apoio, pois os serviços públicos são sempre necessários e instrumentais.

O grande desafio histórico é dar condições ao povo brasileiro de se tornar cidadão consciente (sujeito de direitos e deveres), organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural. Portanto a educação é um dos

principais instrumentos de formação da cidadania deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo sua inserção social.

A realidade social e educacional atual de nosso país requer o enfrentamento e a superação da contradição da estrutura que existe entre a declaração constitucional dos direitos sociais (dentre eles, a educação) e a negação da prática desses direitos; da ideologia que associa a pobreza material à cultural; de recolocar-se o problema da escola pública em termos de direitos de todos, de acesso ao conhecimento elaborado; recolocar a questão do trabalho como atividade de produção/apropriação de conhecimento não apenas como mera operação mecânica, em repensar a relação escola/trabalho.

Segundo Martins (2000, p. 54), pode-se afirmar que “aquela relação entre cidadania e democracia explicita-se no fato de que ambas são processos. O processo não se dá no vazio, a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de luta na definição de instituições permanentes para expressão política”. Neste sentido, a autora distingue a cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral da tutela e do favor. Cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos, de abrir espaços de participação.

Contudo, é preciso educar para a cidadania e para a inserção produtiva através de propostas pedagógicas que incentivem e motivem o fortalecimento das competências essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

4.6. FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Nosso objetivo é apontar que a função social da escola pública, no contexto atual, tem como referência a construção de uma educação pública, democrática e de qualidade social para todos os estudantes. Deste modo, é preciso compreendê-la na perspectiva da formação humana integral, entender os jovens como sujeitos históricos, considerando os processos emancipadores de organização do trabalho pedagógico na escola.

De acordo com Libâneo (2004, p.35) “(...) a escola para a democracia e para a emancipação humana é aquela que, antes de tudo, através dos conhecimentos teóricos e práticos, propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos”.

A concepção de educação que está subjacente à função social da escola pública numa perspectiva emancipadora não é desenvolvimento de processos educativos para o atendimento das demandas do mercado de trabalho, decorrente da pedagogia das competências e da empregabilidade, não é a formação centrada em conteúdos com vistas ao Vestibular. Ao contrário, entendemos a educação como prática social, que se dá no processo das relações sociais em que os homens, historicamente, estabelecem entre si. “A educação é, pois, uma prática social ampla e inerente ao processo de construção da vida social, alterando-se no tempo e no espaço em razão das transformações sociais.”

Nesse sentido, a escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. O lugar de desenvolver

competências, que por sua vez mobilizam conhecimentos, mas que com eles não se confundem, é a prática social e produtiva. Confundir estes dois espaços, proclamando a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências, resulta em mais uma forma, sutil, mas extremamente perversa, de exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia desenvolvem suas capacidades apesar da escola, que para muitos passa a ser apenas uma instituição certificadora; para os trabalhadores, a escola se constitui no único espaço de relação intencional e sistematizada com o conhecimento. (OLIVEIRA, 2009, p.237).

4.7. CULTURA

Cultura é todo o complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

A cultura também é associada a altas formas de manifestações artísticas ou técnicas da humanidade. Por ter sido associada ao conceito de civilização, a cultura muitas vezes se confunde com noções de desenvolvimento, educação, bons costumes, etiqueta e comportamentos de elite.

No contexto filosófico, que é o adotado por essa escola, cultura é um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que se aprende e se transmite aos contemporâneos e os vindouros, sendo o resultado dos modos como os diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história.

A cultura é um fator de humanização, pois, a cultura é um sistema de símbolos compartilhados, com que se interpreta a realidade e que conferem sentido à vida dos seres humanos. Como uma estrutura conceitual, construída a partir da visão da realidade de cada um dos membros do grupo escolar, é uma construção das visões compartilhadas por eles. Essa concepção busca traçar uma identidade entre os valores e princípios vivenciados pelos diferentes membros que fazem parte do grupo.

Na organização escolar há um processo constante de interação, criando uma cultura orientadora das ações do grupo com diferentes visões, valores e crenças dos atores produzem uma dinâmica que se expressa na experiência concreta e nas realizações que se processam no interior da escola.

Portanto, a cultura é o resultado de um processo interativo, em que o universo dos símbolos e significados está constantemente sendo reinterpretados e a realidade construída. A compreensão da cultura da escola como um processo dinâmico e negociado entre os diferentes atores do processo pedagógico permite uma compreensão mais aprofundada da contribuição de tais atores na construção dos valores, crenças e princípios, assim como nas ações que se processam na realidade cotidiana.

4.8. TRABALHO

Em uma perspectiva materialista histórico-dialética, o trabalho é a fonte de toda riqueza, fonte também de prazer e de realização humana.

O trabalho é a atividade pela qual o homem domina as forças naturais, humaniza a natureza, é a atividade pela qual o homem se cria a si mesmo, é a condição natural para a realização de ser humano.

O Colégio realiza um trabalho fazendo com que o indivíduo aprenda a fazer algo com um objetivo definido, desde a época do trabalho escolar no colégio, e com isso, o ser humano começa a conquistar seu próprio espaço, respeito e consideração dos demais. Quando a pessoa realiza um trabalho bem feito, também contribui para a sua autoestima, satisfação pessoal e realização profissional.

O processo educativo precisa estar comprometido com uma visão de mundo transformadora, inconformada com um mundo injusto e insustentável em que vivemos. Por isso, uma perspectiva emancipatória da educação e do trabalho deve desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade e promover a justiça e a solidariedade, fundada na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia do educando. Daí a importância estratégica do professor como intelectual transformador e a escola como um espaço de contestação e de construção de uma visão crítica da sociedade, formando para o exercício da cidadania desde a infância.

A educação pode ser entendida e praticada tanto como um processo de formação para manter a sociedade quanto para transformá-la.

4.9. ESCOLA

A escola tem a função social de garantir o acesso de todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade, permitindo-lhes o conhecimento da realidade, o que é indispensável para que não apenas conheçam e saibam interpretar o mundo em que vivem, mas com isto saibam nele atuar e transformá-lo.

Isso requer que a escola, numa interação dinâmica com os pais e a comunidade, seja um espaço de formação e informação e, em sua prática, crie possibilidades e condições para que todos os seus alunos desenvolvam habilidades e competências e aprendam conteúdos significativos para interagir com a sociedade.

Fortalecendo a preocupação dos pais, muitos são os autores que, diante das incertezas que o atual momento tende a despertar, indicam a importância do conhecimento para todos os indivíduos, sobretudo o jovem, para enfrentar o presente e o futuro. O jovem dessa sociedade cobrará da escola não somente um diploma ou mero domínio dos equipamentos modernos e de algumas tecnologias, mas a excelência do seu conhecimento. A escola é, pois, uma organização social onde coabitam pessoas das mais variadas faixas etárias (adultos, crianças, adolescentes, jovens).

Se visualizarmos os processos educacionais dentro de uma nova ótica do pensamento contemporâneo, percebemos que temos em nossas mãos, o principal recurso do Brasil, o seu capital humano. Um capital que bem acessado no potencial de suas aptidões é renovável, inovador, capaz de aprender, capaz de ensinar e capaz de produzir outras formas de capital.

A autonomia da escola tem de ter em conta a especificidade da organização escolar, sendo construída pela interação dos diferentes atores organizacionais em cada escola.

A escola tem de ser encarada como comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos fatores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal é preciso realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na clarificação destes limites possa alicerçar uma colaboração efetiva. (NÓVOA, 1995, p. 35)

Essas palavras permitem compreender que o funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre estrutura formal e as interações que se produzem no seu interior.

Diante dessa preocupação cabe a nós, enquanto escola reconhecer que as mudanças são necessárias no sistema educacional e são urgentes, mas só será possível essa mudança com esforço coletivo de todos que fazem educação (profissionais, governos, sindicatos, etc.).

4.10. GESTÃO ESCOLAR

Gestão democrática é o processo político através do qual as pessoas discutem, deliberam, planejam, solucionam e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

De acordo com Dourado (1998, p.79), a gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola.

A gestão democrática está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação.

Uma gestão verdadeiramente democrática tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no cotidiano da escola e, especialmente, nos momentos de tomadas de decisões. Entendemos que o processo democrático requer a participação ativa de seus sujeitos, participação essa que deve ser conquistada pouco a pouco, mas de maneira sólida.

Segundo Demo (1988, p.26), a participação não é algo natural e, sim, um processo de conquista, aprendizado e, sobretudo, de disputa com o poder

dominante. À medida que nos organizamos para participar, estabelecemos uma disputa com o poder dominante e, com isso, criamos outra forma de poder.

4.11. CURRÍCULO

O currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculada a um momento histórico à determinada sociedade e às relações com o conhecimento. Nesse sentido, a educação e currículo são vistos intimamente envolvidos com o processo cultural, como construção de identidades locais e nacionais. É um instrumento político que se vincula à ideologia, à estrutura social, à cultura e ao poder. A cultura é o conteúdo da educação, sua essência e sua defesa, e currículo é a opção realizada dentro dessa cultura.

O Currículo, não é imparcial, é social e culturalmente definido, reflete uma concepção de mundo, de sociedade e de educação, implica relações de poder, sendo o centro da ação educativa. A visão do currículo está associada ao conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo.

O currículo escolar deve levar em consideração as vertentes caracterizadas pela ontologia, epistemologia e axiologia, ser adaptado aos novos modos de vida, constituindo da cultura popular, de meios de comunicação, das novas tecnologias, da informática etc. Nessa nova fase são construídas novas concepções de currículo. A reflexão crítica sobre currículo é constante, surgindo sempre problemas e questionamentos.

A escola, não é apenas um espaço social emancipatório ou libertador, mas também é um cenário de socialização da mudança. Sendo um ambiente social, tem um duplo currículo, o explícito e o formal, o oculto e informal. A prática do currículo é geralmente acentuada na vida dos alunos estando associada às mensagens de natureza afetiva e às atitudes e valores. O Currículo educativo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico nas escolas.

Hoje existem várias formas de ensinar e aprender e umas delas é o currículo oculto. Para Silva (1999), o currículo oculto é “o conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente ensinados através das relações sociais, dos rituais, das práticas e da configuração espacial e temporal da escola”. Ao pensarmos no homem como um ser histórico refletiremos em um currículo que atenderá em épocas e interesses diferentes em certo espaço e tempo histórico.

Assim, o educador deve estabelecer em seu planejamento, conteúdos com objetivos reais do cotidiano, dando a importância para a formação crítica e independente que se desenvolve nos educandos, as habilidades necessárias para a sua prática social, para serem cidadãos que saibam analisar, decidir, planejar, expor suas ideias e ouvir os outros.

Os conteúdos e o tratamento que a eles devem ser dado assume papel fundamental, uma vez que é por meio deles que os propósitos da escola se realizam. Desta forma, a seleção e a organização interdisciplinar que será dado aos conteúdos deve levar em conta, a relevância social e a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento intelectual do aluno. Na escolha dos conteúdos

devemos levar em conta, não somente os conteúdos de natureza conceitual, mas também os de natureza procedimental e atitudinal.

O currículo articulando os diversos saberes proporcionará oportunidades de conhecer, aplicar e transformar as realidades em que alunos, professores e comunidade escolar estão inseridos, dando sentido às realidades vividas e estudadas.

4.12. CUIDAR E EDUCAR

Educar e cuidar são conceitos entendido automaticamente, que devem nortear a Educação Infantil. Porém, se entendermos que cuidar significa solicitude, zelo, diligência, atenção, bom trato e que a atitude de cuidado provoca preocupação, inquietação e sentido de responsabilidade, essa é uma ação que cabe em todos os níveis e segmentos da educação.

O Professor que atua nas classes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos também precisa cuidar dos seus alunos. Esse cuidado significa uma organização da sala de aula, de forma que ela se torne um ambiente criativo e investigativo, que estimule os alunos a construir e reconstruir os conhecimentos, que resguarde a identidade cultural e a pluralidade de significados que cada um tem da trajetória histórica de sua própria vida. Além disso, cuidar desses alunos de origens e histórias tão diferentes significa adotar uma metodologia dialógica, estimulando-os a novas descobertas, a dar significado aos seus conhecimentos, a estabelecer novas relações pessoais, a adquirir novos valores e novas atitudes na sua relação com o meio social, a reconstruir a sua identidade pessoal e grupal, a ser protagonista de sua própria história.

Estamos buscando novos modelos para a educação, pois as rápidas mudanças sociais e as exigências do mercado nos obrigam a avaliar constantemente os rumos da educação.

4.13. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização e o letramento consistem em dois passaportes para a aquisição das habilidades do mundo letrado.

A alfabetização caracteriza-se pela codificação de sons em letras ou grafemas e decodificação de letras ou grafemas em sons. Com o uso de diferentes instrumentos, equipamentos e técnicas a aprendizagem do sistema alfabético se efetiva.

No entanto, não basta apropriar-se da tecnologia saber ler e escrever apenas como um processo de codificação e decodificação. É fundamental o desenvolvimento de competências para o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais através do letramento.

Sendo assim, a leitura e escrita são promovidas de forma adequada e eficiente nas diversas situações, com múltiplos objetivos em interações com diferentes interlocutores nas variadas práticas sociais.

Portanto, as facetas da alfabetização e do letramento são amplas através de processos que devem ser desenvolvidos simultaneamente e indissociavelmente. É essencial que ocorra uma articulação de procedimentos

que propiciem à criança uma entrada plena no mundo da escrita, que e a finalidade última da aprendizagem inicial da língua escrita.

4.14. CONHECIMENTO

“O conhecimento deve ser uma rede de relações no qual o educador ajuda os jovens a fazer as conexões necessárias”(SMOLE Apud Revista Nova Escola, 2000). Sendo o conhecimento um processo humano, histórico, incessante, de busca à compreensão, de organização, de transformação do mundo vivido e sempre provisório, tem origem na prática do homem e nos processos de transformação da natureza e nas relações sociais.

Sendo também, uma ação humana atrelada ao desejo do saber. Só o homem, por ser pensante, pode ser sujeito; somente ele pode desejar a mudança, porque só a ele lhe falta a plenitude. O que possibilita a construção do conhecimento é sem dúvida o reconhecimento que se instaura no desejo de aprender.

Por um lado, verificamos que os conhecimentos sistemáticos não estão mais reunidos unicamente nas bibliotecas e nem o acesso a eles dá-se apenas nas salas de aula. Devido aos avanços tecnológicos e informacionais, sendo veiculado não apenas pelos meios de comunicação (rádio, jornais, revistas, televisão, etc.), mas também pelo computador e, sobretudo, pela internet. É necessário que os profissionais da educação estejam cientes, de que hoje, a relação das pessoas com o saber sistematizado passa por muitas alternativas e fontes de conhecimento além da escola.

Por outro lado, a criação de novos conhecimentos nunca foi tão acelerada como hoje, provocando a necessidade de reorganizar em novas bases todo o saber acumulado. Não acompanhar esse movimento passa a representar uma desvantagem para as pessoas e para os setores que atuam.

Na sociedade, o homem não se apropria da produção material de seu trabalho e nem dos conhecimentos produzidos nestas relações porque o trabalhador não domina as formas de produção e sistematização do conhecimento. De acordo com Frigotto, “a classe que tem à disposição os modos de produção material controla concomitantemente os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão geralmente as ideias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela (FRIGOTTO, 1993, p.67)”.

Assim sendo, o conhecimento humano adquire diferentes formas: senso comum, científico, teológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o conhecimento.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando, portanto a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. O “Projeto político da escola: uma construção coletiva – O conhecimento escolar

é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos (VEIGA, 1995, p.26)".

Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo o objeto de trabalho do professor.

Conhecer implica, pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização. O fato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade, transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação. (BOFF, 2000, p.82).

O conhecimento não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudanças internas e externas no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade. Conforme Freire, "o conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é sempre "intencionado" [...] (FREIRE, 2003, p.59)." Portanto, há de se ter clareza com relação ao conhecimento escolar.

4.15. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

Sabe-se que as políticas de inclusão no âmbito nacional e internacional, são estratégias para administrar a pobreza gerada pelo capitalismo. As políticas sociais, econômicas e educacionais na América Latina a partir dos anos 1990, manifestam destaque para a inclusão. As políticas educacionais no Brasil caminham entre a função social da educação escolar, a formação humana e a oferta de insumos para a economia. No Brasil quanto à inclusão escolar, o movimento leva a transformação ou adaptação da escola. O satisfatório seria eliminar as barreiras físicas e curriculares, com acesso permanência e ensino de qualidade para todos. Isso implica mudar o conceito de escola, pela socialização iluminista que leve a emancipação dos indivíduos pela aquisição de conhecimentos, saberes, técnicas e valores adequados a sociedade do nosso tempo.

Na escola ter tempo e espaço para desfrutar dos conhecimentos e viver a experiências de cidadania, convivência e a formação de valores sociais.

Cabe à escola adaptar o currículo, para serviço especializado em salas multimídias adaptadas aos alunos com necessidades especiais, e que realmente exista a escola para todos. A superação requer um diagnóstico da definição, das políticas da educação especial e da formação docente e acima de tudo programas adequados de atendimento educacional não pautada nas perspectivas filantrópicas ou protecionistas.

Entre as aspirações e princípios defendidos pela comunidade escolar com relação às propostas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais destacamos: O conhecimento das características dos alunos e suas diferenças físicas e intelectuais de modo a superar o preconceito e discriminação; Resolver os problemas de ordem arquitetônicas, instrumentais e de comunicação; Previsão dos recursos humanos, materiais, técnicos e tecnológicos necessários para a apropriação do conhecimento escolares; Utilização de metodologias alternativas e objetivos flexíveis, temporalidade e critérios de avaliação, nas diferentes

disciplinas; Formação inicial e continuada dos professores e demais profissionais envolvidas no atendimento educacional aos alunos com necessidades especiais.

4.16. TECNOLOGIA

Na sociedade do conhecimento, as pessoas necessitam interagir de modo caracterizado pela velocidade das mudanças. Mal conseguimos acomodar uma transformação, já surge outra gerando a desestabilidade, “certamente nunca antes as mudanças das técnicas, da economia e dos costumes foram tão rápidas a desestabilizar a sociedade” (LÉVY, 1996, p. 11-12).

Este seria o grande papel da educação hoje, entender esta realidade e facilitar a interação do educando, de forma que este se torne capaz de discernir informações válidas ou inválidas, explícitas ou implícitas, reformular conceitos já existentes podendo ser agente transformador de sua realidade.

A tecnologia, apesar de sua importância e visibilidade, não será característica mais importante da transformação do ensino. O mais importante será repensar o papel e a função da educação escolar, seu foco, sua finalidade, seus valores, como uma ferramenta educacional, porém, não substituindo o educador, inserida no processo social, econômico e cultural de um mundo cada vez mais globalizado.

O educador através de uma bagagem cultural, visão de mundo e sua experiência cotidiana continuará sendo o grande formador e transformador desta nova empreitada no ramo educacional perante a sociedade, “o processo há de revelar-se capaz de sistematizar a tendência à inovação solicitando o papel criador do homem” (MACHADO, 2002 p. 68). É preciso programar no sistema educacional uma pedagogia mediante a qual não apenas se reforme o ensinamento, mas que também facilite a aprendizagem.

A tecnologia tem um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes.

Em todas as épocas, os meios de comunicação e informação, reorganizaram a vida das sociedades politicamente e culturalmente. A arte visual, a música, a literatura e toda forma de expressão e comunicação humana continuam sendo criadas dentro do componente da imaginação e da criatividade, porém são transformadas e tornam-se dependentes desses meios.

Contudo, ter no currículo uma concepção de educação tecnológica, não será suficiente para o acesso de todos na escola pública, sem que haja uma vontade da ação política, que possibilite investimento para que esses recursos tecnológicos (elementares e sofisticados) existam e possam ser ferramenta que contribuam para o desenvolvimento do pensar, sendo um meio de estabelecer relações entre o conhecimento científico, tecnológico e sócio histórico, possibilitando articular ação, teoria e prática.

A acelerada renovação dos meios tecnológicos em todas as áreas influencia, significativamente, as mudanças que ocorrem na sociedade. O acesso às tecnologias da informação e comunicação ampliam as transformações sociais e desencadeia uma série de mudanças na como se constrói o conhecimento. A escola não pode desconsiderar esses movimentos. Precisa torná-los aliados e colaboradores do processo ensino-aprendizagem.

Frente a este cenário de desenvolvimento tecnológico das mudanças sociais dele oriundas, na educação se tem procurado construir novas concepções pedagógicas elaboradas sobre a influência do uso dos novos recursos tecnológicos, resultando em práticas que promovam o currículo nos diversos campos dentro do sistema educacional. A extensão do uso desses recursos tecnológico na educação, não se limita simplesmente ao treinamento de professores para o uso de mais uma tecnologia, tornando-as menos repetidoras de experiências que nada acrescentam de significativa a educação.

O fundamental é levar os docentes a se apropriarem criticamente dessas tecnologias descobrindo as possibilidades no incremento das praticas educacionais.

Mais do que ferramentas aparatos que podem animar e/ou ilustrar apresentação de conteúdos o uso da mídia WEB, televisiva e imprensa mobilizar e oportunizar novas formas de ver, ler e escrever o mundo. É importante que as ferramentas tecnológicas, estejam aliadas a um procedimento continuado de formação docente, potencializando o pensamento sobre as práticas pedagógicas.

A inserção de novos recursos tecnológicos encurta as distâncias, promove novos conhecimentos, aproximam as esferas político-administrativas das salas de aula; aproxima as salas de aula entre si, dentro da escola e entre as escolas. Promove a interatividade solidária com vista apropriação do conhecimento.

A era da tecnologia é um caminho sem volta. O caminho é a capacitação para o uso das tecnologias tanto aos professores quanto aos alunos, para melhoria da qualidade do trabalho. A inclusão digital muito facilita não só ao ambiente pedagógico, quanto ao mundo do trabalho.

A escola foi e é o canal mais adequado para oferecer as oportunidades das novas gerações de formação aos dias atuais. O jovem de hoje tem facilidade para lidar com tecnologia, basta que ele tenha oportunidades. As Escolas Estaduais do Paraná estão no caminho certo: Laboratório de informática, TV pen drive, TV Paulo Freire, Portal dia a dia educação, TV escola, Lousa Digital e amplo acervo de programas educativos. Os canais de informações estão ai, cabe à escola ajudar o aluno a pesquisar, procurar informações, estudar. O importante é saber acessá-los e assimilá-los. Não podemos mais adiar o encontro com as tecnologias possíveis de aproveitamento didático, vista que os alunos voluntários e entusiasmamente estão imersos e já falam “outra língua”.

4.17. ENSINO-APRENDIZAGEM

A educação é, sim, determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma da ação recíproca – o que significa que o determinado também reage sobre o determinante. Consequentemente, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação. (SAVIANI, 2003, p. 93).

Acreditamos que o aluno aprende a partir das relações estabelecidas entre o conhecimento prévio e o objeto de conhecimento, partindo de vivências significativas e reflexões sistematizadas, através da intervenção do mediador. Sendo assim, os conteúdos escolares devem abranger conhecimentos relevantes

da realidade, numa constante interação entre conhecimentos prévios e científicos.

Essa maneira de entender, pensar e fazer dentro da escola vem em encontro à pedagogia progressista que aborda os conteúdos de forma crítica e socialmente, buscando a perspectiva de elevação cultural dos educandos a partir da articulação entre o mundo cotidiano e a cultura elaborada. Com essa perspectiva, inicia-se o enfoque globalizado do currículo escolar, que terá como metodologia estruturante da organização dos conteúdos, os projetos de trabalho, nos quais o eixo de referência das aprendizagens é a própria realidade.

Quando se trata da educação no âmbito da formação escolar, nos faz repensar, a respeito de maneiras mais adequadas para se promover as relações que permeiam o conhecimento. Percebe-se, cada vez mais, a sutilidade com que se processa a relação ensino-aprendizagem nas diferentes situações encontradas.

Entendemos que a democratização não é conquistada por lutas individuais, mas é um processo coletivo de aprendizado. As transformações das práticas pedagógicas só se efetivam na medida em que os educadores ampliam sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a do espaço educacional como um todo. Precisam conhecer a prática dos sistemas de ensino e das políticas públicas, que interferem e influenciam na sua atividade. Mas elas, em certa medida, também são determinadas pelos resultados do conhecimento que ele produz ao atuar. Para isso, é necessário ter o domínio de conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade. Esse modo de entender o papel do profissional da educação ressalta sua colaboração na transformação das práticas educacionais em termos de gestão, de currículo, de organização, de projetos educacionais e de formas de trabalho pedagógico. Considerar o trabalho partilhado/coletivo nas disciplinas e no conjunto do trabalho pedagógico e administrativo, e realizar o trabalho interdisciplinar articulado, através de eixos temáticos; com articulação entre os docentes, é um grande passo para o trabalho coletivo como prática transformadora.

A aprendizagem escolar e a assimilação dos novos conteúdos tornam-se um desafio para a educação em que as metodologias de ensino podem transformar a memória de curta duração em memória de longa duração, portanto o aluno deverá ser ensinado a refazer, retomar as atividades o que o levará a guardar o conteúdo na memória.

4.18. AVALIAÇÃO

A avaliação é um dos elementos do processo de ensino e aprendizagem, diretamente vinculada à concepção de educação, à função social da escola, à especificidade do trabalho pedagógico escolar, à gestão escolar, à seleção e organização dos conteúdos, à metodologia adotada e relação professor/aluno.

A avaliação educacional tem recebido significados diversos. Alguns autores destacam o aspecto de medida, outros destacam o aspecto de julgamento e, outros ainda, consideram ambos os aspectos.

A avaliação das aprendizagens continua sendo um aspecto polêmico nas escolas e em outras instituições educacionais. Um dos maiores motivos da polêmica é a persistência da forma de avaliação que, com raras exceções, permanecem muito semelhantes às práticas dos séculos passados. Portanto, o

contexto escolar cada vez mais exige um maior número de fontes de informação, além do quadro negro e do giz, a internet e os outros meios de comunicação têm se tornado fontes imprescindíveis de coleta de dados escolares. Nas palavras de Freire (1996 p. 64), “avaliação é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo”. No entanto deve existir reciprocidade entre ambas as partes no processo da avaliação.

Como avaliar crianças que se desenvolveram em diferentes contextos culturais, com diversos tipos de acesso à informação e com níveis variados de desenvolvimento? Como avaliar a aprendizagem que inclui de acesso a informação (web, incluindo com dados da televisão).

Múltiplas respostas podem ser oferecidas para solucionar tais questões, que exigem do professor uma especial atenção e capacidade de buscar caminhos novos.

A avaliação pedagógica não se limita ao conteúdo escolar. Como qualquer momento diagnóstico, a conduta do aluno deve ser vista como uma expressão global do e em que se está pondo em foco o nível pedagógico, mas estarão juntos o seu funcionamento cognitivo e sua emoção ligada ao significado dos conteúdos e ações. Verificar o que o aluno já aprendeu e como faz o uso desses conhecimentos. (WEISS,1992, p. 90).

Quando os passos da avaliação não são rigorosamente seguidos, desestimula o aluno, e este, desestimulando gera baixa produtividade e/ou até desistências.

A partir desses conceitos e outros a eles ligados, podemos começar a entender as funções positivas desempenhadas pelos mecanismos da avaliação no esclarecimento das dificuldades encontradas pelos alunos nos caminhos da aprendizagem. Tais mecanismos são poderosos auxiliares na localização desses percalços encontrados e também na busca de soluções para superá-los, tanto por parte dos professores quanto dos próprios alunos. Basta que tenhamos em mente a qual das duas funções procuramos servir, a da integração ou da seleção.

A avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo. Por meio dela o professor fica sabendo como está a aprendizagem dos alunos, obtém indícios para refletir, melhorar a sua própria prática pedagógica, e dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno, em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas, devendo também avaliar a escola como um todo, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão para superar os obstáculos, tendo em vista a função de processo transformador da educação na sociedade.

A luta por uma escola para todos somente poderá ser consequente quando a escola for, além de um local de aprendizagem, um local de tomada de consciência e de luta contra as desigualdades sociais, em estreita relação com os movimentos sociais emancipatórios, quando então a escola encontrará seu lugar formativo/instrutivo no nosso tempo.

Contudo, é preciso que a escola disponha das condições indispensáveis, postas a serviço de uma equipe integrada de professores, coordenadores, funcionários e pais, empenhados na tarefa comum de formação de cidadãos,

aplicando para isso todos os recursos disponíveis, inclusive o da avaliação. Luckesi comenta que a “avaliação poderia ser compreendida como uma crítica do percurso de uma ação, seja ela curta, seja prolongada. Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, por que fundamenta novas decisões (LUCKESI, 1992, p. 5)”.

Perrenoud coloca que “o sistema tradicional de avaliação oferece uma direção, um parapeito, um fio condutor, estrutura o tempo escolar, mede o ano, dá ponto de referência, permite saber se há um avanço na tarefa, portanto se há cumprimento do seu papel.” (PERRENOUD, 1999, p. 156).

Para SACRISTÁN, (2002, p. 65) quando avalia, o professor o faz a partir de suas concepções, seus valores, expectativas e também a partir das determinações do contexto (institucional), sendo que muitas vezes nem ele próprio tem muita clareza ou mesmo sabe explicitar estes dados considerados na avaliação dos alunos.

Transformar a prática avaliativa significa questionar a educação desde as suas concepções, seus fundamentos, sua organização, suas normas burocráticas. Significa mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes, entre outras.

Como escola preocupada com o desenvolvimento dos nossos educandos, temos sim que nos colocar a par dos pressupostos teóricos que fundamentam muitas vezes a avaliação que praticamos, ou que indicam as distorções praticadas pelos docentes na prática avaliativa.

O Colégio Estadual “Duque de Caxias”- EFM, preocupado com o desenvolvimento global de seus alunos, segue pressupostos de uma avaliação, na perspectiva do desenvolvimento integral dos alunos.

4.19. TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO

O espaço e a proposta pedagógica não podem ser pensados separadamente, pois as condições, o uso e a ocupação do espaço possibilitam ou impedem determinadas aprendizagens. O espaço educa. O modo como ele é organizado revela a concepção educativa daqueles profissionais, a imagem de criança que eles têm, ou seja, revela a cultura sobre infância que os adultos que o organizaram compartilham. O espaço também pode manifestar a cultura, produzida pelas próprias crianças daquele contexto.

A noção de espaço institucional envolve o prédio construído e usado pela instituição, considerando suas áreas internas e externas e levando em conta a organização de um ambiente saudável e seguro.

O ambiente físico exerce grande influência sobre a maneira como as pessoas percebem o seu trabalho e sobre a qualidade das experiências que elas são capazes de oferecer aos alunos. É importante ter em vista que a organização do ambiente educativo reflete as crenças e as concepções que norteiam o trabalho educativo. Dessa forma é imprescindível que esses espaços permitam as vivências corporais, a imaginação, o desenvolvimento do brincar, das demais linguagens, o contato com a natureza, a vivência das práticas sociais de cuidado e autocuidado, a apropriação e produção do conhecimento e a ampliação de seu universo cultural.

É tarefa dos educadores organizar o espaço e o tempo das escolas, sempre levando em conta o objetivo de proporcionar o desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, o espaço é o retrato da relação pedagógica estabelecida entre crianças e professor.

No início do ano letivo, ao assumir uma turma de alunos, o professor recebe o conteúdo programático para organizar o cronograma que pretende seguir durante o ano, visando cumprir o programa.

Mesmo sem conhecer a turma, o professor antecipa o planejamento, o trabalho a ser desenvolvido, preparando cada uma de suas aulas, decidindo sobre o método a ser utilizado para desenvolver cada conteúdo e escolhendo o material didático que vai empregar como suporte, para realizar o seu trabalho de ensino.

Ademais, o tempo empregado pelo professor para planejar suas aulas vai além do espaço de trabalho. Em sala de aula, o professor aborda cada um dos conteúdos planejados, avalia a turma a cada etapa realizada, agenda uma data, aplica e corrige as avaliações; no desenvolver a sua prática pedagógica, o professor trabalha com os conteúdos prescritos, mas, ao mesmo tempo, redimensiona-os no confronto com a situação e com o momento em que atua. Essa prática pedagógica pode ser realizada dentro do espaço apropriado para cada situação: laboratório de informática, biologia, biblioteca, pesquisa de campo e outros.

Na ação pedagógica o tempo não pode ser desperdiçado e o espaço bem utilizado para que o aluno possa usufruir o máximo possível do conhecimento na sua idade cronológica.

Enfim, podemos dizer, que na temporalidade econômica, portanto, prevalece à linearidade e a homogeneidade do tempo do relógio diretamente relacionada com a organização dos tempos de trabalho no espaço da escola, inclusive no desenvolvimento do trabalho do professor na sala de aula. Esse tempo medido perpassa o processo de constituição e organização dos tempos escolares ao longo dos anos e implica uma reflexão sobre a lógica temporal que orienta a organização do trabalho docente e como o professor lida com a prescrição do tempo na sala de aula.

Dessa forma, pensar a organização do tempo e do espaço físico deve ser levado em consideração todas às potencialidades humanas, imaginativa, ativa, lúdica, artística, cognitiva, afetiva e social, quase sempre evidentes nas crianças pequenas e nas relações que elas estabelecem.

4.20. FORMAÇÃO CONTINUADA

O processo de formação continuada de profissionais da educação implica uma reflexão sobre o próprio significado do processo educativo, na sua relação com o processo mais amplo de constituição e desenvolvimento histórico-social do ser humano.

A Formação Continuada dos Profissionais da Educação tornou-se meta fundamental de políticas educacionais nos últimos 20 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, ao tratar dos “Profissionais da Educação” estabelece no art. 67 que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

(...) II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

(...) IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Conforme Estatuto do Magistério, artigo 82, inciso I, alínea m: O professor ou especialista da educação tem o constante dever de observar a relevância de suas atribuições, [...] observando as normas seguintes: frequentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento profissional. Os artigos 83 e 84 rezam que:

(...) é dever inerente ao professor ou especialista da educação diligenciar seu constante aperfeiçoamento profissional ou cultural; o professor ou especialista da educação é obrigado a frequentar cursos de aperfeiçoamento ou de especialização profissional para os quais seja expressamente designado ou convocado pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Assim, pensar a formação continuada dos profissionais da educação constitui-se em considerar as dimensões científicas, teóricas e práticas do trabalho, uma vez que a política de formação em serviço passa a considerar o conhecimento e a experiência vinculados à realidade educacional que se situa no contexto histórico, político, social e econômico.

A rede pública estadual de ensino do Paraná tem um amplo programa de formação continuada, sob as formas centralizada e descentralizada, presencial e a distância, por meio de cursos, simpósios, seminários, grupos de estudos utilizando diferentes recursos tecnológicos e com apoio de materiais impressos, uso de mídias.

5. PLANEJAMENTO - MARCO OPERACIONAL

No Colégio Estadual Duque de Caxias, construir o futuro é o nosso presente. O objetivo do colégio para hoje é o futuro. Nosso estabelecimento tem por meta a formação básica do cidadão. Dentro da concepção de homem, sociedade e mundo, essa formação é resultado de construção humana, na luta por interesses e na busca de melhoria da qualidade de vida, firma princípios da identidade, da diversidade e da autonomia.

Essa visão de sociedade dá condições e reforça a construção de uma sociedade de inclusão universal, regida por relações de colaboração econômica, com responsabilidade política e solidariedade ideológica.

A identidade supõe uma inserção no meio social que leva à definição de vocações próprias, que se diversificam ao incorporar as necessidades locais, as características dos alunos e a participação dos professores e das famílias, considerado adequado para a escola.

É necessário que a identidade da escola seja diversificada em função das características do meio social e dos educandos. Dessa forma, a diversidade é necessária para contemplar as desigualdades nos pontos de partida de sua clientela, que requer diferenças de tratamento como forma mais eficaz de garantir a todos um patamar comum nos pontos de chegada.

Também que as intervenções realizadas pelo professor auxiliem os alunos a desenvolver essas atitudes e a aprender os procedimentos adequados a uma postura autônoma, que só será efetivamente alcançada por meio de investimentos sistemáticos ao longo de toda escolaridade. Todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação e ampliação. É importante enfatizar que, a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção.

Dele também emana a criação de um clima favorável para a efetiva participação de toda a comunidade escolar integrada por pais, alunos, funcionários, professores, equipe pedagógica e direção.

Do ponto de vista Político e Pedagógico a Escola pretende considerar a educação como meio de desenvolvimento humano integral, instrumento gerador de transformações sociais, ser base para aquisição de autonomia, fonte de visão prospectiva, fator de progresso econômico, político e social.

Pensando na diversidade que atendemos hoje nas escolas, em reunir grupos bem diferenciados, essa realidade acaba contribuindo para que, no conjunto de tantas vozes, as singularidades de cada aluno sejam respeitadas.

A relação que se estabelece entre os profissionais da escola e os discentes têm como característica fundamental o respeito mútuo. Tanto professores como equipe administrativa e pedagógica têm como objetivo a formação do aluno na sua totalidade.

Assumindo o educador um papel fundamental nesse processo, como um indivíduo mais experiente, cabe ao professor considerar também, o que o aluno já possui sua bagagem cultural e intelectual, para a construção da aprendizagem, desempenhando a função de mediador entre a criança e o mundo social, adulto, possibilitando a ela o confronto entre ambos, fazendo com que ela vá adquirindo a capacidade de compreender e transformar saberes.

A apropriação dos conteúdos é fundamental como ponto de partida para sua própria superação. O educador engajado na prática transformadora conhece o conteúdo que ensina e sabe que este, está em constante reelaboração.

As principais prioridades na nossa escola são a diminuição do baixo rendimento escolar e a evasão escolar. Para tanto promover palestras educativas, adaptações curriculares, projetos interdisciplinares, atendimento em contra turno, replanejamento das ações em reuniões pedagógicas, reuniões com pais, realizar o projeto Combate a Evasão Escolar. Essas ações têm como objetivo estimular o gosto pelo estudo, rever práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem e analisar os critérios e instrumentos avaliativos, bem como diminuir a evasão escolar.

5.1. CALENDARIO ESCOLAR

O Calendário Escolar no Colégio Estadual Duque de Caxias – Ensino Fundamental e Médio e EJA são elaborados anualmente pela *Resolução nº 3660/2015 - GS/SEED* e *Instrução nº 12/2016 - SEED/SUED* que está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 que no inciso I, do art. 24, determina carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, a serem cumpridos pelas instituições de ensino que ofertam a Educação Básica, e também, que: “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigido a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas”. O calendário contempla: Início e término do ano letivo; Encontros pedagógicos e grupos de estudo; Conselhos de Classe trimestrais; Férias de professores e alunos; Comemorações escolares; Feriados oficiais.

5.2. AÇÕES DIDÁTICO- PEDAGÓGICOS

SALA DE APOIO

Atualmente, as Salas de Apoio em nossa escola repercutiram em pontos positivos para os alunos que assumiram a responsabilidade de participar e a grande maioria aumentou seu rendimento escolar, obtendo êxito, melhorando seu rendimento escolar. Os professores sendo muito criativos procuram meios para motivá-los com metodologias de ensino diferenciadas da rotina da sala de aula regular. A escola ofertando a Sala de Apoio está contribuindo com a aprendizagem dos alunos com defasagens de aprendizagem e a família juntamente com a escola, deve fazer um trabalho conjunto para mantê-los participando desta oportunidade de melhoramento de estudos e desenvolvimento integral.

Além do professor, reavaliar e readequar sua metodologia para atender esse aluno, o mesmo também tem direito de melhorar seu rendimento escolar, e pode assim o fazer, frequentando a Sala de Apoio. Os conteúdos básicos contemplados na Sala de Apoio são os das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que tem por objetivo principal superarem as defasagens da leitura, interpretação e na resolução de problemas, que acaba contribuindo para o rendimento escolar deste aluno nas demais disciplinas.

ATIVIDADES ESPORTIVAS COMPLEMENTARES

A Educação Física trabalha o corpo em sua complexidade e de modo mais abrangente está voltado à formação de uma consciência crítica, valorizando o conhecimento sistematizado como oportunidade para reelaborar ideias e práticas que ampliem a visão do aluno a cerca de saberes produzido historicamente pela humanidade.

Com base nisso, o presente projeto é desenvolvido duas vezes por semana: os alunos participantes treinam handebol, desenvolvendo condicionamento físico, fazem o aprimoramento dos fundamentos e regras do handebol, desenvolvem a capacidade individual e coletiva, promovem discussões em grupo sobre como lidar com o emocional, aprendem a lidar com perdas e vitórias e adotam atitudes de respeito mútuo e cooperativo nas práticas dos jogos.

As aulas utilizam além de materiais esportivos específicos, vídeos com análise de partidas oficiais e palestras com ex-atletas para aprofundar os conhecimentos na modalidade. A avaliação acontece de forma contínua por meio de fichas de acompanhamento individual do desempenho dos alunos quanto a sua responsabilidade, respeito com os colegas e adversários durante os treinos.

Portanto, o treinamento do handebol oferece aos alunos participantes a preparação física, técnica e tática.

PROJETO DE LEITURA

Ler e interpretar o que leu ou ainda ter apreço pelos livros é um grande desafio, pois a maioria da população adolescente e jovem no nosso tempo não se interessa por livros ou leitura, parece-lhes mais oportuno destinar seu tempo ao uso da internet, jogos eletrônicos e televisão.

Observando este paradigma nossa escola criou um Projeto de leitura chamado: “Leitura um hábito que enriquece”, visando motivar e despertar nos alunos o gosto pela leitura, uma vez que o ato de ler é uma atividade cognitiva por excelência, que envolve diferentes processos: percepção, imaginação, memória, dedução e conhecimento da escrita formal.

Assim a leitura se desenvolve de forma coletiva entre o corpo docente e discente, seguindo os dias do cronograma pré-definido, pela direção e equipe pedagógica, num espaço-tempo de uma vez por semana, durante uma aula, sempre intercalada para que não coincidam mesmos dias, horários e disciplinas. Logo no dia da leitura professor e alunos leem o material trazido de casa ou concedido pela escola.

Durante toda a execução do Projeto esperamos que os alunos adquiram o hábito pela leitura e tenham uma visão crítica, agindo como leitores ativos e capazes de por si mesmo entender, associar o que leu a sua realidade e questionar quando se fizer necessário.

PROJETO VISITA A USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO SANTIAGO

Este projeto visa oportunizar aos alunos de realizar visitas e conhecer o Funcionamento de uma usina hidrelétrica, aprendendo a importância de se preservar o meio ambiente e vivenciando medidas concretas de responsabilidade social.

No momento da visita a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, a turma de sala de aula acompanhada pelo professor regente, participam de gincanas elaboradas pelo SESI com temas relacionados ao meio ambiente.

No ano de 2017, as visitas a Usina mencionada ocorrerão no primeiro

semestre, seguindo um cronograma. Durante as visitas os alunos divididos em grupos desenvolvem atividades pedagógicas, propostas por funcionários da própria Usina, participando de gincanas e sendo avaliados por sua criatividade e desempenho.

5.3. AÇÕES REFERENTES À FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO

A flexibilidade curricular, “que surge como nova proposta ao longo dos anos 1990 é relacionada ao significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, favorece uma interpretação de hierarquização do acesso aos conhecimentos a partir das diferenças individuais” (GARCIA apud GARCIA, 2005, p.15).

Cabe à instituição escolar promover a educação inclusiva tendo como amparo à sua efetivação, além da adaptação e organização do espaço físico, a Adaptação e Flexibilização Curricular é compreendida como um conjunto de medidas colocadas à serviço da diversidade dos educandos.

Tais medidas são referentes às adequações do currículo existente às necessidades do aluno, não unicamente como forma de integração física, social e moral, mas acima de tudo, como oportunidade de integração ao processo de efetiva aprendizagem, atendendo a todos e a cada um em suas específicas necessidades educacionais e garantindo o cumprimento do direito constitucional de acesso, permanência e sucesso no processo educativo.

O Colégio Duque de Caxias, conforme as outras instituições do Sistema Estadual de Ensino passaram a ofertar Ensino Fundamental anos finais, a partir de 2012, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de forma gradativa.

Definir rumos para a formação, em um contexto de intensas mudanças de ordem política, social, econômica – significa exercer o poder de traçar antecipadamente, possíveis caminhos a serem trilhados por educandos e educadores, que, nesse percurso, estarão realizando, em alguma medida, um processo de adaptação às mudanças anunciadas.

Para promover essas condições a instituição tem como função mediar o processo de formação do cidadão, possibilitando ao educando reflexões e ações sobre o mundo que o cerca, tornando-o capaz de agir com ética e criticidade na sociedade, onde o aluno não deve apenas absorver conhecimentos e, sim elaborar conhecimentos. O conceito de inclusão vai além de se colocar rampas nas entradas das escolas e instalar classes especiais.

Quanto ao papel da escola, o nosso objetivo é transmitir os conhecimentos, teorias e os conceitos de forma reflexiva, adequando-a a realidade dos alunos para que se torne significativa, pois a escola preocupa-se com uma educação orientada para o desenvolvimento de competências e habilidades básicas dos alunos, organizadas num currículo centrado em problemas.

Em nosso Colégio, o caso de aluna gestante, a partir do início do oitavo mês de gestação e durante os três meses consecutivos a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei 1.044/69. O período efetivo do afastamento é determinado por atestado médico apresentado pela aluna, observado o início e a duração acima informados. Realizados os exercícios domiciliares durante o afastamento, e

[EL2] Comentário: Incluir no texto questões sobre o Atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar/SAREH,

OK

aceitos pelos professores das disciplinas respectivas como suficientes, as faltas são compensadas.

Em relação ao atendimento pedagógico domiciliar faz parte, dos desafios educacionais contemporâneos que pairam sobre nossa ação escolar e precisam ser analisados e refletidos para as necessárias intervenções e superações no contexto educacional, elaborando estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram - se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral.

Em nossa instituição de ensino no momento não há alunos Atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar/SAREH, atendimento pedagógico necessário para garantir a continuidade da escolarização formal aos alunos que se encontram temporariamente impossibilitados de frequentar regularmente a escola. Se acaso houvesse, seria necessário criar uma rede de apoio institucional com responsáveis no Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, para que possam contribuir com a implantação do Serviço em nossa instituição . O trabalho acaba sendo diferenciado e depende da quantidade de dias que o educando fica hospitalizado e das características de sua enfermidade.

Para Saviani a educação para a transformação esta ligada ao âmbito sócio-cultural. “Educar para a subsistência, para a libertação, para a comunicação, e para a transformação no contexto específico”. (Saviani, 1982, p. 50).

Acredita-se que o trabalho de educação hospitalar não pode prescindir dos conteúdos escolares formais, que estruturam o currículo escolar a partir dos conhecimentos científicos histórica e culturalmente produzidos pela humanidade para que os sujeitos apropriem se desse saber científico a fim de compreender o mundo em que vivem e lutar para mudá-lo, se assim o desejarem.

A socioeducação deve, portanto, ser desenvolvida pelos agentes públicos que atuam com esses adolescentes, com ações orientadas para a transformação de sua realidade, numa perspectiva emancipatória, como processo capaz de promover o pleno desenvolvimento de todas as dimensões do sujeito, bem como das competências que lhes possibilitem a plena atuação no contexto em que vive, por meio de ações educativas integradas e que compreendam esses sujeitos em suas múltiplas dimensões.

A articulação e a integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil são fundamentais para efetivação dos direitos de adolescentes como sujeitos de direitos. A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentando a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que cometem ato infracional. A lei estabeleceu, em seu art. 82, o prazo de 1 (um) ano, a partir da sua publicação, a obrigatoriedade de inserção de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na rede pública de educação, em qualquer fase do período letivo, contemplando as diversas faixas etárias e níveis de instrução.

No colégio os métodos de ensino, visam à inclusão e igualdade de oportunidades, levando em conta o ritmo de aprendizagem de cada aluno e os valores sociais e culturais, adequando-os as diferenças, pois cada um aprende de um jeito e cabendo ao professor descobrir a melhor maneira de transmitir os conhecimentos de sua disciplina para cada aluno.

A avaliação acontece de forma contínua e diversificada, priorizando a qualidade do processo de aprendizagem, atendendo o ritmo e a necessidade individualmente. Portanto, todos os membros escolares devem trabalhar juntos pela educação, e todos têm compromisso com a qualidade do ensino aprendizagem que envolve a relação professor - alunos, para averiguar a prática educativa do professor e se os resultados esperados estão sendo atingidos e o que fazer para melhorar.

5.4. PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

Com base nas diretrizes da Secretaria do Estado da Educação do Paraná-SEED, que contempla a articulação, a integração e a conscientização de todos os envolvidos no processo de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a Coordenação de Gestão Escolar, com o apoio do Ministério Público do Estado do Paraná, e da associação dos Conselhos Tutelares, atendendo ao disposto no termo de Convênio de Cooperação Técnica celebrado em 21/11/2012, apresenta o caderno de orientação do Programa de Combate ao Abandono Escolar no Paraná. As ações previstas neste documento visa contemplar roteiro técnico de atuação e modelo de notificações obrigatória de aluno ausente, visando assegurar a permanência e o sucesso da aprendizagem dos (as) estudantes matriculados (as) nas escolas Públicas do Paraná. Os agentes do programa são: professor, equipe pedagógica e diretor, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno do aluno.

Ainda em relação às políticas educacionais em nosso colégio foi implantado o ensino de Nove Anos de forma gradativa, de acordo com a instrução.

A escola tem o papel mais importante na ação do acesso permanência do educando, pois o mesmo está diretamente vinculado a ela em seu dia-a-dia. É necessário que a escola tome todas as iniciativas para garantir a permanência do aluno no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando a sua responsabilidade na educação e formação dos filhos.

Desta forma o Programa de Combate ao Abandono Escolar no Paraná contará com o envolvimento de estudantes, funcionários, professores, equipes pedagógicas e diretivas e também todas as instâncias colegiadas da comunidade escolar: Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios Estudantil e da Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente existente no município. Todos concentrando esforços para identificar e resgatar os (as) estudantes com cinco faltas seguidas e injustificadas erradicando ou amenizando o abandono escolar.

5.5. DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Segundo a ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente), art. 2, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes entre doze e dezoito anos de idade.” Cientes de recebermos crianças em fase de tornarem-se adolescentes, o Colégio Duque de Caxias EFM, procura compreender todos os aspectos transitórios físicos e emocionais deste período do desenvolvimento humano, assim como colaborar para que se tornem adultos cumpridores de seus deveres e sabedores/defensores de seus direitos, assim como respeitadores dos demais cidadãos que fazem parte da sociedade como um todo.

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Com isto, efetivar o conjunto de normas concebidas como direitos e garantias frente ao mundo adulto, no exercício da práxis educativa, conforme descreve a lei acima citada ao inserir conteúdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como matéria obrigatória nos currículos escolares do ensino fundamental.

A efetiva implantação da Lei nº 11.525/2007, é fundamental não só para as crianças e adolescente, é para ter cidadãos conhecedores das normas e leis de uma sociedade que os tornam conscientes de seus atos.

Associar currículo e ECA significa incluirmos no espaço-tempo da escola as oportunidades e facilidades para que crianças e adolescentes tenham assegurados os seus direitos a um desenvolvimento pleno – físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade de dignidade, conforme estabelece seu artigo terceiro; Que possamos entender como oportunidades e facilidades o que crianças e adolescentes necessitam, efetivamente, para terem uma vida digna e uma educação de qualidade sociocultural e socioambiental.

Currículo tem a ver com caminho, com percurso, com o que devemos ensinar e aprender. Nesse sentido, refere-se a que crianças e jovens queremos para o nosso mundo e que mundo oferecemos a eles.

Refere-se, enfim, a tudo o que tem a ver com a vida feliz, digna, curiosa, prazerosa das nossas crianças e adolescentes, o que está muito bem previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Cabe, portanto, a todos nós, defender e utilizar a ECA no dia a dia da nossa jornada de trabalho e no acontecer dos nossos currículos escolares.

5.6. O USO DE APARELHOS/EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM SALA DE AULA

A Lei 18.118-14 dispõe sobre a proibição de aparelhos/equipamentos eletrônicos em sala de aula para fins não pedagógicos nas instituições de ensino do Estado do Paraná.

O projeto de lei que originou a norma diz que o uso do telefone pode desviar a atenção dos alunos, possibilitar fraudes durante as avaliações e provocar conflitos entre professores e alunos e alunos entre si, influenciando o rendimento escolar. Se por um lado, a tecnologia serve de apoio às ações educacionais, por outro o seu uso exacerbado se torna um empecilho. Há diferenças entre a discussão das formas e dos modos de fazer uso de tecnologias em espaços coletivos e sua exclusão. A escola tem o dever de humanizar e educar cidadãos, posicionando-se por vezes no fio da navalha entre exercer a autoridade e ser autoritária.

No Colégio Duque de Caxias a referida Lei é contemplada na sua íntegra. Caso ocorra alguma situação adversa, o aparelho é recolhido e o portador advertido. No período noturno, onde o uso de aparelhos é mais acessível em razão da faixa etária dos discentes, os aparelhos são recolhidos pelos monitores de turma, ficando junto à secretaria e devolvidos no final do expediente

5.7. PRÁTICAS AVALIATIVAS

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9394/96, de acordo com o art.24, Inciso V, sobre a avaliação, esta deverá ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período. Através dela, o professor colhe informações, reorganiza a sua prática docente.

Fornecer subsídios para apontar as dificuldades dos alunos e propor ações para a melhoria da aprendizagem é um dos papéis fundamentais do gestor, além de manter a comunidade escolar informada dos índices através de reuniões. Incentivar os professores a utilizar os resultados para analisar o desempenho dos alunos e da matriz de referência. Promover reflexão no colegiado sobre os critérios e instrumentos de avaliação.

É adequado nos servimos dos diversos instrumentos técnicos hoje disponíveis, pelos quais traremos à tona as diferentes habilidades dos alunos. Assim, a avaliação só deve acontecer para desencadear intervenção no processo de ensino e aprendizagem e os dados obtidos devem ser interpretados sob a ótica de diagnóstico e não de classificação.

Amparada pela Deliberação nº 007/99, da avaliação do aproveitamento, destacamos que a avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem. A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados. É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

Após a apuração dos resultados finais de aproveitamento e frequência, serão definidas as situações de aprovação ou reprovação dos alunos. A avaliação tem sido vista de uma forma diferente, passando a envolver o desempenho do aluno, do professor e de todo o contexto escolar. Além disso, não pretende somente aferir o domínio do conteúdo, mas verificar o desenvolvimento da

capacidade dos educandos, ou seja, avaliamos para conhecer não apenas os progressos dos nossos alunos, mas também para refletir sobre as estratégias de trabalho em nossa sala de aula.

O processo avaliativo parte da relação professor - aluno que assume caráter dialógico, no processo ensino-aprendizagem. Assim sendo propicia o respeito mútuo, a cooperação, o trabalho individual e em grupo e a autoconfiança, levando em consideração valores éticos morais, estéticos e humanos associados aos conteúdos qualitativos e quantitativos.

A avaliação é, portanto, o ponto de partida para a emancipação do sujeito histórico. Não há como continuar fingindo que tudo vai bem e simplesmente jogar a culpa no mais fraco dentro de um sistema educacional aprisionador. O professor deve olhar para o estudante como um mestre para o seu discípulo, e no respeito mútuo, no diálogo permanente, vão construindo um novo jeito de caminhar.

Na EJA cada estudante quer reconstruir o seu caminho, a sua vida; quer compreender seus fracassos e conquistar um novo mundo. Resta aos educadores conhecer profundamente cada um e ao avaliar a aprendizagem que faça dentro das perspectivas e sonhos desses jovens e adultos para uma nova sociedade. Para isso, na EJA, a avaliação deve ser um processo dialógico e dialético, diagnóstica e contínua, voltada para a formação da autonomia do sujeito.

A sistemática de avaliação do aluno será, formativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. De acordo com o currículo e com os objetivos propostos pelo estabelecimento, os resultados serão expressos de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). É vedado submeter o aluno a um único instrumento de avaliação, devendo utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno evitando-se a comparação dos alunos entre si.

As notas das avaliações realizadas serão somadas e divididas pelo número de avaliações, sempre usando o maior valor entre a avaliação e a recuperação, na sequência, e ordenação de conteúdos, devendo constar no mínimo 03 (três) avaliações no registro de Classe do Professor. A disciplina de Ensino Religioso poderá realizar duas avaliações trimestrais, devido ao menor número de aulas, no entanto, a disciplina não aprova ou reprova aluno devido seu caráter facultativo.

A sequência de estudos durante o ano letivo é trimestral com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos educandos. A Recuperação de Estudos deve ser entendida como processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades ao educando para superar defasagens ao longo do processo ensino aprendizagem.

A prática de Recuperação de Estudos para suprir as defasagens do processo ensino-aprendizagem será adotada no transcorrer do próprio trimestre. Na Recuperação de estudos, este estabelecimento, obedecendo a Lei 9394/96, adota a recuperação paralela aos conteúdos, feita no período regular, oferecida para todos os alunos.

A diversificação dos instrumentos de avaliação está indissociavelmente ligada à concepção de avaliação formativa, visando à aprendizagem e a formação do aluno como: Atividade de leitura compreensiva de textos; Projeto de pesquisa bibliográfica; Produção de texto; Palestra / apresentação oral; Atividades

experimentais; Projeto de pesquisa de campo; Relatório; Seminário; Debate; Atividades com textos literários; Atividades a partir de recursos audiovisuais; Trabalho em grupo; Questões discursivas; Questões objetivas; Avaliação Oral.

A recuperação ocorrerá paralelamente e deve ser feita quando detectado a deficiência de aprendizagem do educando. A recuperação poderá acontecer de formas diferenciadas, dependendo das propostas curriculares de cada disciplina, e respeitando suas peculiaridades.

Para os alunos que apresentarem defasagem na aprendizagem além da oportunidade a recuperação paralela, há também atendimento educacional na Sala de Apoio e Sala de Recurso.

Ao final de cada trimestre ou extraordinariamente, reunir-se-ão os componentes do Conselho de Classe, que são: Direção, Equipe técnica-pedagógica, Professores, um representante do Conselho Escolar e um representante dos pais de alunos, para o acompanhamento do processo de avaliação do estabelecimento.

Caberá ao Conselho de Classe o acompanhamento do processo de avaliação do Estabelecimento, debater e analisar todos os dados intervenientes à aprendizagem de cada educando; Discutir propostas para melhoria da aprendizagem e resolução de problemas que por ventura possam vir a ocorrer entre professor e aluno; Avaliar as diferentes capacidades dos alunos e conteúdos curriculares ministrados no Estabelecimento; Contrastar os dados obtidos e observar a transferência das aprendizagens em contextos diferentes. A observação dos avanços e da qualidade da aprendizagem alcançada pelos alunos ao final de um período letivo, trimestre, ou de um ano.

As decisões do Conselho de Classe serão soberanas e deverão assegurar a manutenção dos critérios avaliativos.

O aluno será considerado aprovado, se apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo, e média igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres, nas respectivas disciplinas:

$$\frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} = 6,0$$

CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO:

A classificação é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiências e desenvolvimento adquirido por meios formais ou informais, podendo ser realizada: Por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série anterior, na própria escola; Por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem; Independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série, compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais, como: Organizar comissão formada por docentes, pedagogos e

direção da escola para efetivar o processo; Proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica; Comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento; Arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados; Registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

A Reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudo compatível com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Cabe aos professores, ao verificarem as possibilidades de avanço na aprendizagem do aluno, devidamente matriculado e com frequência na série/disciplina, dar conhecimento à equipe pedagógica para que a mesma possa iniciar o processo de reclassificação.

Cabem à Comissão elaborar relatórios dos assuntos tratados nas reuniões, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do aluno.

O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem. O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à Secretaria de Estado da Educação.

A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

As ações do Programa de Aceleração de Estudos consistem na reorganização da Proposta Pedagógica e do trabalho docente tendo em vista a organização de turmas específicas de alunos em situação de distorção idade/ano, respeitando as séries de matrícula desses estudantes, visando aperfeiçoar o processo de utilização de recursos e materiais pedagógicos existentes na escola, assim como diversificar os encaminhamentos metodológicos realizados pelos professores dessas turmas. Nesse sentido, a proposta tem como objetivo corrigir a distorção idade-ano dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, assim como garantir qualidade no processo de ensino-aprendizagem das turmas de aceleração de estudos.

As turmas de aceleração de estudos deverão ser compostas por, no mínimo 15 e o máximo de 20 alunos, A carga horária destinada às disciplinas que compõem a matriz curricular das turmas de aceleração será de 25 horas-aula semanais.

Os alunos participantes das turmas de aceleração de estudos poderão, ao final do ano letivo, acelerar até dois anos de estudos, ou seja, os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental poderão ser reclassificados para o 8º ano do Ensino Fundamental e os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental poderão ser reclassificados a 1ª série do Ensino Médio.

6. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUE DEVE ESTAR ARTICULADA AO CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

6.1. LEI ESTADUAL Nº 17.335/2012

Institui o Programa de o Programa de Combate ao Bullyng, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Paraná.

6.2. LEI ESTADUAL Nº 18.447/2015

Institui a Semana Maria da Penha nas escolas estaduais. Segundo a lei, todos os anos no mês de março, os Colégios estaduais realizarão atividades para instituir os jovens sobre a Lei Maria da Penha, que criminaliza e pune atos de violência contra a mulher.

6.3. RESOLUÇÃO SEED Nº 2.527/2007

Institui o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar SAREH, no Estado do Paraná.

6.4. LEI FEDERAL Nº 12.013/2009

Determina a obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional dos estabelecimentos de ensino fundamental.

6.5. LEI ESTADUAL Nº 18.118/2014

Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos, durante o horário de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná.

6.6. LEI ESTADUAL Nº 18.424/2015

Instituição do Programa Brigada Escolar- Defesa Civil na Escola.

7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Plano de Avaliação Institucional é um processo que busca avaliar de forma global, contemplando todos os elementos que constituem em função de sua finalidade, através de instrumentos que permitam a manifestação das suas características próprias (identidade) e que desvelem em que medida a instituição se aproxima do cumprimento do seu compromisso social.

A Avaliação Institucional – SEED é uma política, que objetiva conhecer de forma sistemática a realidade das instâncias do sistema através da intensa participação de seus profissionais.

A concepção de avaliação que norteia este processo é a de que esta avaliação deva permitir as pessoas conhecerem em que ponto do caminho ela se encontram, a fim de conhecer os avanços e as fragilidades do percurso, em função dos objetivos traçados.

No Colégio Estadual Duque de Caxias, constitui-se, portanto, num processo sistemático de discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, intrínseco à construção da sua autonomia, já que fornece subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. Essa autonomia não desvincula a escola das demais instâncias do sistema, uma vez que a Avaliação Institucional articula as demais avaliações, possibilitando uma leitura da totalidade das instituições e do sistema. É constituído de forma coletiva, ouvindo os profissionais da educação, através de decisões coletivas.

8. PERIODICIDADE DO PPP

O PPP deve ser revisto anualmente face às estratégias utilizadas no diagnóstico, os princípios didático-pedagógicos definidos, o planejamento das ações, as tomadas de decisão coletivas a execução das ações por todos os segmentos.

9. DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

9.1. SEXUALIDADE

A Sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio socioeducacional. O trabalho educativo com a Sexualidade, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça/etnia.

A sexualidade não é um assunto novo no ambiente escolar, embora muitas vezes seja pouco falado no meio familiar e comunidades religiosas, fato este que gera dúvidas nas crianças que estão imersos a mídia, nos adolescentes que veem seu corpo se transformar e sentem sensações e emoções antes inexistentes.

Por estes motivos, o professor agora passa a desenvolver o papel de orientador dos assuntos relacionados à sexualidade, que é um tema abrangente e

difícil de ser trabalhado, pois é permeado de dúvidas, preconceitos e tabus entre os adolescentes e jovens.

Além disso, o tema sexualidade está relacionado à vida, a sensações, emoções e sentimentos humanos, e os alunos devem ser esclarecidos e informados sobre como cuidar e valorizar o próprio corpo. Assim o tema deve fazer parte dos conteúdos de todas as disciplinas de maneira interdisciplinar, pois nas Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, encontram-se os adolescentes num momento em que seus corpos estão em plena fase de mudança, e as questões vinculadas à gravidez na adolescência e as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), devem ser trabalhadas pelos professores, visto que os adolescentes vivem a época do namoro, “o ficar”, as paqueras e há o próprio incentivo da mídia da sexualidade exacerbada onde predominam exageros desnecessários que podem trazer complicações posteriores, como a gravidez não planejada, numa idade onde as meninas deveriam dedicar-se aos estudos e passam a ter que dedicar-se a um filho, acabando por evadir-se da sala de aula, pois sentem vergonha dos colegas e já não tem tempo disponível para a escola.

Portanto ao assumir uma postura informativa e orientadora os professores ajudam os adolescentes e jovens a refletir sobre os comportamentos sexuais presentes hoje na sociedade (aborto, atentado violento ao pudor, abuso sexual, e outros) e orientados sobre isso, eles podem ter uma postura relacionada à sexualidade diferente e denunciar estes tipos de abusos cometidos contra a integridade humana.

9.2. VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

A escola é o lugar da concepção e realização do seu projeto educativo, uma vez que organiza seu trabalho pedagógico baseando-se em sua realidade. Portanto a violência praticada pelos jovens e crianças, nas escolas é uma realidade evidente e ainda é um assunto complexo e deixa de ser um fenômeno peculiar para a sociedade brasileira.

As análises das causas e das relações que geram condutas violentas no interior das escolas impõem muitos desafios aos profissionais da educação, pois requer a compreensão de processos que produzem a violência. Desse modo cabe à escola desenvolver práticas investigativas e possíveis ações de enfrentamento a essa violência.

Podendo ser considerado violência atos de indisciplina realizados ou praticados em escolas, entre aluno – aluno e ou aluno-professor, dentro da sala de aula ou fora; corredores e banheiros. Ato estes que causam tumultos ou desordem no local em questão.

Existem diversos tipos de violência, atos de indisciplina, chantagens, ameaças, brigas, discriminação racial, social, psicológica, de nacionalidade, uso de drogas e ou falta de educação com o educador, colegas e zeladores.

Quando pensamos na origem de tanta violência com grandes proporções em escolas analisamos as famílias e a sociedade das quais tem origem pessoas com esse grau de comportamento violento, pouco educado ou com atitudes

desnecessárias; Quais as condições de educação que recebem fora da escola, maus exemplos presentes na mídia e no mundo moderno.

A violência na escola pode ser de âmbito público ou privado, no ensino infantil, fundamental e médio, podendo ser de forma pessoal ou por meios de comunicação, como internet, equipamentos audiovisuais e outros desta natureza que frequentemente protagonizam cenas e acontecimentos violentos e imprudentes uma vez que praticados podem lesar ou traumatizar a vítima.

Para combate ou controle de violência na escola são importantes que haja investigação por parte de pais, professores, alunos e sociedade, principalmente em caso de comportamento alterado.

A sociedade sofre transformações das quais envolve diretamente a escola, família e sociedade em si, pois a família é o núcleo primordial da educação, porém as crianças e adolescente estão passando a maior parte de seu tempo na escola e buscando assim os valores de desenvolvimento e democracia e regras de convivência, pois a preparação pessoal é realizada muitas vezes somente pela escola e alunos. Muitas vezes a família não dispõe de tempo ou interesse com a formação pessoal ou social deste membro que a integram.

Sendo assim, a escola deve oferecer condições educativas que possam adaptar conteúdos, desenvolvendo projetos interdisciplinares que envolvam dinâmicas, filmes ou vídeos relacionados, campanhas e coletivamente construir um plano de intervenção pedagógica desenvolvendo a democracia na escola. Poderá também, agir com medidas preventivas à violência com reunião de pais, palestra com profissionais, bem como patrulha escolar, conselho tutelar e agente da segurança local.

9.3. USO INDEVIDO DE DROGAS

Nos últimos tempos constata-se novos comportamentos relacionados ao uso abusivo de drogas, entre os adolescentes, como medicamentos, o uso de drogas sintéticas, além de álcool e do fumo. Geralmente o uso de drogas está relacionado a atos violentos.

A problemática das drogas está presente no cotidiano do entorno da escola e o seu uso constitui-se num tema polêmico, complexo e desafiador, sobretudo ao ser abordado no campo educacional. Por essa razão, o uso indevido de drogas, nesta escola, vem sendo tratado como um dos desafios socioeducacionais.

Assim, pretende-se discutir com os alunos, numa perspectiva interdisciplinar, a prevenção ao uso abusivo de drogas, para intervir pedagogicamente com ações relativas ao tema.

Entendemos que a prevenção ao uso indevido de drogas é compromisso coletivo, onde os profissionais da educação assumem importante papel como mediadores do conhecimento científico, possibilitando o envolvimento dos alunos e posterior comprometimento.

9.4. EDUCAÇÃO FISCAL/TRIBUTÁRIA

A educação fiscal tem como proposta despertar na sociedade uma reflexão sobre o contexto em que o cidadão está inserido, oferecendo a ele informações para uma atuação consistente e de contribuição para a melhoria das condições sociais vigentes.

O fato é que grande parte da população não sabe que paga tributos, desconhecendo sua própria contribuição para o financiamento dos serviços públicos. Alguns sequer sabem que a escola e o hospital que estão ao seu serviço são frutos dos tributos pagos por eles e que tudo o que é público foi construído com os tributos que cada um paga.

Todos somos contribuintes de fato, ainda que sejamos isentos de impostos de renda, que não tenhamos carro ou imóvel próprio, ou que estejamos desempregados, que pagamos vários impostos e contribuições ao consumirmos bens ou serviços sem percebermos. O tributo cobrado por um empresário ao consumidor ao vender uma mercadoria sem nota fiscal e, conseqüentemente não repassa aos cofres públicos certamente estará faltando para garantir um medicamento a um doente, à merenda em uma creche ou o salário do professor.

Ainda que diretamente não lesem a integridade física de qualquer cidadão, indiretamente tem um efeito social devastador, pois afetam principalmente as populações mais necessitadas, que dependem fundamentalmente dos serviços públicos essenciais até para garantir a sua sobrevivência.

Portanto, o tributo é essencial à construção da vida em sociedade e, por isso, ele guarda relação direta com o cotidiano das pessoas. Daí a importância de tratarmos de assuntos sociais de alta relevância para a formação de um cidadão consciente de seus direitos e obrigações, participativo e comprometido com as aspirações da coletividade, contribuindo assim para a construção de uma sociedade melhor por meio do poder transformador do conhecimento.

É papel de a escola oferecer aos alunos, noções sobre a educação tributária para que conheçam o Estado e sua estrutura, a função socioeconômica dos tributos, o valor da arrecadação tributária, além de incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados.

O tema educação tributária vem sendo discutido em nossa escola, é um conteúdo abordado interdisciplinarmente, no sentido de refletir sobre a função do Estado de arrecadar tributos e sobre os investimentos feitos com esses valores.

Além das atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula são realizadas palestras com profissionais especializados. Uma vez compreendidos o funcionamento do Estado e a gestão de recursos, os alunos recebem noções específicas sobre tributação.

Para atender as necessidades públicas como saúde, educação, habitação, saneamento, transportes, segurança, urbanismo, justiça e outras, o Estado precisa arrecadar administrar e empregar meios patrimoniais que lhe possibilitem os desempenhos de tais atividades.

9.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A escola contemplará a Educação Ambiental como componente obrigatório da educação formal e não formal nos termos da Lei 9795/1999. Em relação à Educação Ambiental, parte do princípio que a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de analisar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais.

A questão ambiental exige uma integração de todas as áreas, pois é necessário que se enxergue as diferentes facetas e implicações dos problemas ambientais e dos conhecimentos, a fim de possibilitar ações mais consequentes e de menor impacto.

A educação ambiental, além de possibilitar aos alunos o reconhecimento de fatores que produzam bem-estar ao conjunto da população, deve despertar no aluno um espírito de crítica às induções ao consumismo, além de desenvolver o senso de responsabilidade quanto ao uso dos bens comuns e dos recursos naturais, de modo que respeite o ambiente e as pessoas da comunidade.

A complexidade da temática ambiental e a diversidade da realidade brasileira tornam mais difíceis a seleção dos conteúdos de forma que se garanta aos alunos a aprendizagem que lhes possibilite posicionar-se em relação às questões ambientais e atuar na melhoria de sua qualidade. Também a cultura, a história e os costumes irão determinar diferenças no trabalho com o tema Meio Ambiente, visto que ele se altera segundo as diferentes formas de organizações socioculturais.

A escola deve ser o local privilegiado para a reflexão e para a promoção social do ideário denominado de sociedade Sustentável. Tal ideário deve ser construído na prática a partir da realidade escolar e em suas inter-relações, com o contexto regional, nacional e internacional e a partir do entendimento complexo do ambiente e mútua determinação entre o social e o ecológico.

As bases mestras estão na agenda 21 e os objetivos são de propor uma reflexão que levem os alunos ao enriquecimento cultural, a qualidade de vida e a preocupação como equilíbrio do meio Ambiente.

Várias são as finalidades desde a multidisciplinaridade, até projetos amplos e bens estruturados, que levam a buscar a consciência que nós somos também meio ambientes e não meros expectadores.

Incentivar estudos que ajudem a compreender a maneira pela qual a natureza e seus processos tem influenciado o desenvolvimento das sociedades humanas tão importantes quanto o impacto humano sobre ela.

A Educação Ambiental deverá garantir que alunos vejam a conservação do meio ambiente, e uso dos recursos naturais como responsabilidade de cada um, buscando a sensibilidade, responsabilidade e a formação para a cidadania. No Colégio serão promovidas atividades que visam sensibilizar os educandos para a Educação Ambiental, cujas ações cotidianas, como: a “realização de peças teatrais, danças, filmes, dinâmicas de grupos, passeios, seminários, exposições e feiras”.

9.6. HISTÓRIA DO PARANÁ

A Lei Estadual 13381/01 tornou obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio, o estudo de conteúdos da disciplina de História do Paraná, com o objetivo

de formar cidadãos conscientes da identidade, da potencialização e da valorização do Estado em que vivemos.

Em atendimento a esta lei, nossa escola distribui estes conteúdos aliados aos conteúdos curriculares das disciplinas que são trabalhados nas quatro últimas séries do Ensino Fundamental.

A História do Paraná sendo um domínio de estudos da História do Brasil pode ser, portanto, trabalhada juntamente com os tópicos de História, visto que o procedimento metodológico também pode ser o mesmo.

Como os Conteúdos Estruturantes das disciplinas são os conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina e em História são as Relações de Trabalho, as Relações de Poder e as Relações Culturais. Essas relações apontam para o estudo das ações e relações humanas que constituem o processo histórico, articulando-as aos demais conteúdos de História e História do Paraná, respectivamente, estabelecendo-se comparações com a História Mundial.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico com os conteúdos históricos deve ser fundamentado de forma que o aluno venha a concluir que não existe uma verdade histórica única e sim verdades que são produzidas a partir de evidências que organizam diferentes problematizações em diversas épocas e lugares, constituindo-se nos momentos históricos.

Portanto, os Conteúdos Estruturantes de História permitem o acesso ao conhecimento de múltiplas ações humanas integrantes das histórias locais e do Brasil, bem como suas relações e analogias com a História Geral e ajudam a construir uma consciência histórica que possibilite ao aluno compreender a realidade contemporânea e as implicações do passado em sua constituição.

9.7. MÚSICA

Desde os tempos primitivos o ser humano do seu jeito vive a Arte e se expressa em suas diferentes formas de manifestações, seja ela, desenho, pintura, escultura, teatro, dança, música, cinema e outros.

No nosso dia-a-dia apreciamos e fazemos transpor o nosso ser interior por meio da Arte, por isso que atualmente o ensino formal da música em todas as escolas e modalidades de ensino tornou-se obrigatória conforme a Lei federal de Diretrizes e Bases da Educação Nº. 9394/96, pois a música como forma de expressão do sentir e do pensar humano deve ser incentivada, uma vez que não há quem não goste de música e cujo corpo não se manifeste diante do som demonstrando sensações e emoções.

A música compõe-se dos seguintes elementos: timbre (características da própria voz), intensidade (a força do som), altura (a diferença entre os sons musicais), densidade (vários sons produzidos ao mesmo tempo) e duração (os sons e os silêncios podem ser curtos, médios ou longos). Na composição musical todos estes elementos se encontram proporcionando harmonia, melodia e ritmo.

A Música está como uma atividade do cotidiano e estar inserida em atividades de todas as disciplinas, não ficando restrita somente em Arte. A Música já participou da formação de opinião de várias gerações de estudantes em nosso país e, na atualidade, necessita deste resgate como formadora de caráter

principalmente dentro do ambiente escolar. Nossos alunos recebem informações todo o tempo através das várias mídias disponíveis nos dias de hoje. TVs e rádios hoje, de certa forma, perderam espaço para o aparelho celular que possui praticamente todo tipo de mídia (inclusive rádio e TV).

Esta portabilidade da Música fez com que a influência das músicas presentes nos meios de comunicação de massa exercesse uma grande influência sobre os jovens. A utilização de músicas que façam alusão a conteúdos que venham a ser trabalhados; ajuda os alunos no entendimento de um determinado tema, ampliando seu repertório, permitindo que conheçam novos autores, outras visões de mundo, outros ritmos, outras culturas e tenham sua própria visão de mundo ampliada e não fique restrito somente ao universo que sua comunidade propõe.

9.8. EDUCAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO DIGNO E SAUDÁVEL: UMA QUESTÃO CURRICULAR

A Lei 10.741, de 03 de outubro de 2003, dispõe sobre a instituição do Estatuto do Idoso, assegurando os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público, o dever de efetivar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º).

A Política Nacional do Idoso foi instituída em 1994, em âmbito nacional, e em 1997, com a Lei Estadual nº 11.863, de 03 de outubro de 1997, o estado do Paraná consolida a sua Política Estadual do Idoso. Em ambas as leis são delegadas atribuições para a educação, o que foi mantido também no Estatuto do Idoso de 2003, com a mesma redação para a tarefa educacional, em seu Artigo 22, que determina que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o Estado do Paraná assume uma organização disciplinar do currículo, entendendo que a escola é um espaço democrático de socialização do conhecimento e que, os professores, ao organizarem o trabalho pedagógico, devem fazê-lo “a partir dos conteúdos estruturantes de sua disciplina” (DCE, 2008, p. 27).

“Partindo desse pressuposto e da frequente abordagem transdisciplinar que alguns assuntos e temas são trabalhados na escola, os documentos orientadores do currículo para a Rede Estadual de Ensino contrapõem as perspectivas multi, trans e pluridisciplinar, para que o trabalho com o disposto no Estatuto do Idoso seja abordado pelas disciplinas de forma contextualizada, articulados com os respectivos objetos de estudos dessas disciplinas e sob o rigor de seus referenciais teórico-conceituais.” (DCE, 2008, p. 28).

Considerando que o crescimento da população de idosos é um fenômeno mundial, que atualmente, uma em cada dez pessoas tem 60 anos de idade ou mais e, “para 2050, estima-se que a relação será de uma para cinco em todo o mundo, e de uma para três nos países desenvolvidos.” (BRASIL, 2002).

Sendo a escola o local da Educação institucionalizada, os conteúdos necessários devem considerar o indivíduo como um ser social. Assim, a inclusão do tema idoso no currículo escolar, seja por meio de disciplinas ou de temas abordados, pode contribuir para minimizar o preconceito ao idoso, produzindo novos conhecimentos e comportamentos.

9.9. HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

O Colégio Estadual Duque de Caxias, vem repensando as práticas de sala de aula que promovam a igualdade social e a inclusão. Por esse motivo, propõe um novo olhar sobre o currículo escolar, de forma a garantir que os alunos do Ensino Fundamental tenham a oportunidade de discussão de atividades relacionadas às temáticas: História e Cultura Afro-brasileira, em atendimento à Lei 10.639/2003, Art. 26 e a Deliberação CEE 04/06, bem como as maneiras pelas quais esses conteúdos serão levados aos alunos.

Para tanto, a escola lança mão de tarefas desafiadoras, envolvendo todas as séries e disciplinas, sempre pensando em formar um aluno crítico e reflexivo, dentro da problemática proposta, de modo que conforme afirma Ferreira, “a educação esteja comprometida com a inserção das minorias e não com a exclusão de grupos minoritários (FERREIRA 2006, p.99)”.

Sendo assim, a escola propõe discussões sobre questões que preparem o professor para lidar com situações de racismo que possam ocorrer dentro do ambiente escolar, de tal forma que ajudem os alunos a desconstruírem o racismo existente e favoreçam a inclusão de conceitos e de bases teóricas na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura Afro-Brasileira.

Todas as disciplinas do currículo escolar têm o compromisso e a responsabilidade de discutir e explorar questões que busquem a formação de um cidadão crítico. Assim, o espaço escolar também é responsável pela construção da cidadania; por isso, é necessária uma maior atenção sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores ante a superação do racismo e da discriminação racial.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural como a brasileira, é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Por sua formação histórica a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes e diversas nacionalidades, regiões e línguas. A composição populacional das várias regiões do Brasil apresentam características próprias, assim como traços particulares de convivência internas de grupos diferenciados.

A escola deve ser local de aprendizagem, em que as regras do espaço público democrático garantem a igualdade, a cidadania, à diversidade e o direito de todos, proporcionando a formação, a cultura de paz, a tolerância, o respeito aos direitos humanos universais e de cidadania, contemplando o aprendizado à vivência de democracia e a superação de todo tipo de discriminação e exclusão social.

Partindo da Lei nº 10639 de 09 de janeiro de 2003, que alterou e solidificou aspectos da LDBEN, tornando obrigatório o ensino sobre história e

cultura afro-brasileira, incluíram-se ao currículo os conteúdos de história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Também o resgate da contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e políticas pertinentes à história do Brasil. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

9.10. HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

A História e a Cultura dos Povos Indígenas do Brasil determina a seleção de conteúdos voltados para uma aproximação do conhecimento da realidade cultural brasileira. Nesta escola estes conteúdos devem ser trabalhados em todas as disciplinas curriculares do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme o contido na Lei 11645/2008.

Esta seleção deve proporcionar aos alunos, novas informações e vivências que propiciem a percepção de uma situação social e cultural mais ampla e complexa do que seu mundo imediato.

A diversidade cultural dos povos indígenas pode ser medida pelo número de línguas faladas por eles, já que os índios não formam um único povo, cada povo tem sua própria língua, sua própria cultura, inclusive há povos indígenas que perderam sua língua de origem e falam o português.

Essa diversidade deve ser estudada e valorizada nos conteúdos referentes à História e Cultura dos Povos Indígenas em todas as disciplinas curriculares. Serão selecionados e abordados em diferentes aproximações e níveis de aprofundamento, sem deixar de contemplar os conteúdos que se voltam para uma percepção do Brasil como um todo.

9.11. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

De acordo com a Lei Federal N°9.503/97, a Educação para o Trânsito nas escolas se faz necessário por estarmos envolvidos num sistema de trânsito cada vez mais complexo e perigoso. Portanto, faz-se jus requerer conhecimentos, entendimentos, mudanças de atitudes, de cultura e educação para minimizar as tragédias do dia a dia causadas por acidentes de trânsito em nossa sociedade, motivados por imprudência, falta de atenção, alcoolismo, velocidade acima do permitido pela legislação, entre outros, por motoristas e pedestres.

Os professores das diferentes disciplinas, do Colégio Estadual Duque de Caxias, realizam reflexões, atividades, debates envolvendo o assunto.

9.12. DIREITOS HUMANOS

Conforme a Deliberação 02/15, Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 4.978/1964, de 05 de dezembro de 1964, no Decreto Estadual nº 5.499, de 3 de agosto de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 228 da Constituição Estadual do Paraná, o Parecer CNE/CP 8/2012, a Resolução

CNE/CP nº 1/2012, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, instituído no Estado do Paraná no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Educação, com a participação do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Direitos humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos. Também está ligado à ideia de liberdade de pensamento, de expressão, direito de ir e vir e de igualdade perante a lei. O cidadão deverá ser consciente do que lhe compete, porém essa mesma consciência ele deverá ter em relação ao outro.

O ensino dos direitos humanos não passa somente pela transmissão oral do que se deve ou não ser feito, mas principalmente pelo exemplo cotidiano daqueles que se propõe a serem os modelos que crianças e jovens devem seguir.

O Colégio Estadual Duque de Caxias preza pela preparação para a cidadania e para o trabalho e na formação de seus alunos para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos. Saber conviver com a diversidade não é uma tarefa fácil, porque nos desafia a questionar constantemente nossos valores, a rever posicionamentos e a incorporar novas crenças àquelas já existentes e muitas vezes cristalizadas dentro de nós. É o papel de a escola proporcionar uma educação que levem à conscientização crítica dos problemas, à ação e à intervenção responsáveis, de forma que os alunos se sintam implicados e comprometidos na defesa dos direitos humanos.

Para isso é necessária uma prática pedagógica, onde esse tema seja contemplado em todas as disciplinas da grade curricular, que torne possível a compreensão e a interiorização de valores, uma abordagem reflexiva, ao nível do questionamento, do debate e de resolução de problemas e conflitos.

9.13 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Resolução CD/FNDE nº 26/2013, determina como uma das diretrizes da Alimentação Escolar, a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional – EAN no processo de ensino aprendizagem, cabendo aos estabelecimentos de ensino:

a) Promover a EAN, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, incentivando e priorizando o consumo de alimentos saudáveis e ambientalmente corretos.

b) Desenvolver projetos com temáticas afins, como: horta escolar, alimentação saudável e gastronomia, entre outros.

O aproveitamento integral dos alimentos significa economia, e possibilita também experimentar novas opções de receitas, ressaltando assim, outro fator importante: a variação do cardápio.

De acordo com a resolução desenvolvemos projetos interdisciplinares sobre o reaproveitamento consciente de alimentos, e sobre a nossa relação com os alimentos que consumimos, ainda temos uma horta em nosso colégio aonde as hortaliças são cultivadas pelos alunos, contribuindo assim, para uma vida mais saudável e um mundo sustentável.

Conforme a Instrução Normativa 001/2014 – SUDE/DILOG/CANE, cabe ao estabelecimento de ensino observar e seguir o previsto nesta Instrução, se responsabilizar pelo recebimento, guarda, controle, conservação, preparo e consumo dos gêneros alimentícios recebidos, bem como prestação de contas através do registro do APE.

Em nosso colégio temos pessoas responsáveis para desempenhar essa tarefa desde o recebimento até o preparo, dos procedimentos que antecedem a preparação e o consumo, das sobras de alimentos não preparados e dos resíduos da preparação, a falta, excesso e remanejamento, casos de alterações das características dos gêneros alimentícios, do prazo de validade e aceitabilidade dos alimentos, as ações de Educação Alimentar e Nutricional fica sob responsabilidade da Equipe diretiva e professores.

10 REFERÊNCIA

ABRAMOVAY, M.(org.). Escolas inovadoras. UNESCO, 2004.

ANDERY, Maria Amália, Atal, Olhar para a história: caminho para a compreensão de ciência hoje. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo. São Paulo: Educ.1988.

ARCE, Alessandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. Revista educação e Sociedade, vol.22, nº 74, Campinas, 2001.

ARROYO, Miguel. Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Escola Plural: Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMED, 1994.

AZEVEDO, Janete; GRACINDO, Regina Vinhaes. Educação, sociedade e mudança. Brasília: CNTE, 2005.

BOFF, Leonardo. Projetos Políticos e modelos de cidadania. In: BOFF, Leonardo. Depois dos 500 anos: Que Brasil queremos? Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação: o município e a escola. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Casa Civil, Brasília, 1988

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

_____. Lei nº 10.741, Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 1º de outubro de 2003.

_____. Lei Nº 9795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 27 de abril de 1999. www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321, acesso 07/04/2017.

_____. Decreto- Lei nº1044/69 Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, 21 de outubro de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1044.htm, acesso em 07/04/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 26/2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, **17 de Junho de 2013**

CALVEZ, J-Y. O pensamento de Karl Marx. Porto Alegre: Tavares Martins, 1959.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.

_____. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandez. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia- saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Realidade Porto Alegre, 18-2: 63-189, jul/dez, 1993.

GADOTTI, Moacir. “A dialética: concepção e método” in: Concepção Dialética da Educação. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto, e col. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Editora Mediação, Porto Alegre, 2007

GARCIA, V.P.C- Prática Pedagógica e necessidades educacionais especiais: a relação diádica em sala de aula. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do Caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PAS - Pesquisa Anual de Serviços, 2006. [online] Disponível na internet via WWW URL: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ecnomia/comercioeservico/pas/pas2006>.

INEP/SEED. Inovando nas escolas do Paraná. Brasília, 1994.

LÉVY, Pierre. 1996. O que é virtual?. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. Democratização da Escola Pública- A Pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2002 -18º ed.

LÜCK, Heloísa, no texto: Escola, Comunidade e Família no Brasil, da revista Gestão em Rede de agosto/2006: pag. 12 a 17.

LUCKESI, C.C. Planejamento e Avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica. Série Ideias, Nº 15. São Paulo: FDE, 1992.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 10. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros, 2002.

MARAGLIANO, Roberto et al., (1986). Teoria da didática. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Autores Associados.

MARTINS, Flávio Alves. Boa-fé e sua formalização no direito das obrigações Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Série Estudos: um olhar sobre o futuro. Brasília, 2000.

MISUKAMI, Maria da Graça N. Ensino: As abordagens do processo. São Paulo, EPU, 1986.

NOVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: _____ (Org.) Os professores e sua formação, Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças; Planejamento Estratégico. 26ª ed, São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. 2000. "Sobre a democracia." In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (org.). A democracia no cotidiano da escola. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE. (O Sentido da Escola)

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Escola de Educação em Direitos Humanos. Comitê de Educação em Direitos Humanos. Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação; Conselho Estadual de Educação do Paraná, 2015.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. V. Deliberação Nº 02/2015-CEE/PR. Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba, 2015

_____. Deliberação nº 007/99 - Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio. Curitiba, 09/04/99. Disponível em celepar7cta.pr.gov.br/seed/.../b15be00846f01f20032569f1004972fb?, acesso em 07/04/2017.

_____. Deliberação 09/01. Matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofereçam Ensino Fundamental e Médio nas suas diferentes modalidades. Curitiba, 01 de outubro de 2001.

_____. Deliberação nº 014/99. Indicadores para elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades. Curitiba, 08 de outubro de 1999. Disponível em [http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b187505b1107f0f9032569f10049e0af/\\$FILE/i8himoqb2clp631u6dsg32d1d64sjie8_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/b187505b1107f0f9032569f10049e0af/$FILE/i8himoqb2clp631u6dsg32d1d64sjie8_.pdf), acesso em 07/04/2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Departamento de Educação Básica; Diretrizes Curriculares de Educação Básica: Paraná, 2008.

_____. Instrução 02/2017. Procedimentos para o processo de reclassificação de estudantes da Educação Básica das instituições de ensino da rede pública estadual de ensino do Paraná. Paraná, 2017.

_____. Diretrizes Curriculares de Geografia da Rede Pública de Básica do Estado do Paraná, Curitiba, 2006.

_____. Instrução nº 12/2016 - Seed/Sued Calendário Escolar 2017 www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?

_____. Instrução nº 10/2016 - Seed/Sued Organização da hora-atividade nas instituições de ensino da Rede Estadual do Paraná, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e, para as Escolas Conveniadas. www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php...

PARANÁ. Lei nº 11.863 - Dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso e adota outras providências. Casa Civil, Curitiba, 23 de outubro de 1997. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8656&codItemAto=83083>, acesso em 07/04/2017.

_____. Constituição do Estado do Paraná, Casa Civil, Curitiba, 5 de Outubro de 1989. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&site=1>, acesso em 07/04/2017.

_____. Lei 18118/14. Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná. Curitiba, 24 de Junho de 2014.

_____. Lei nº 13381/01 - Torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos da disciplina História do Paraná. Curitiba, 18 de Dezembro de 2001. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=2964&indice=1&totalRegistros=1> , acesso em 07/04/2017.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 11.525/2007. Imprensa Oficial do Estado, Curitiba, 1993.

PARO, V. H. Reprovação escolar: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2001.

PÉREZ GOMES, A. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. Gimeno. Compreender e transformar o ensino. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p.10-26

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PINTO A. A escola e a construção da cidadania. In: COLETÂNEA CBE.

_____. Conceito de Educação. São Paulo, Cortez, 1994.

SMOLE Garcia Apud Revista Nova Escola, 2000 pag.79.

PINTO, M. A infância como construção social. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coord.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Bezerra, 1997. P. 62-70.

POZZOLI, Lafayette; GIMENEZ, Melissa Zani. ECA: Efetividade e Aplicação, análise sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais. Artigo: ECA e a Efetivação do direito à prevenção de atos infracionais. São Paulo: LTR, 2012, p. 6.

ROSA, Maria Inês F P S; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. A investigação-ação na formação continuada de professores de Ciências. Ciência e Educação, Bauru, v. 9, n. 1, p. 27-39, 2003.

SACRISTAN, J. G. Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. 6 ed. São Paulo, Campinas: Autores Associados, 1992.

_____. Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 1994.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SNYDERS, Georges. Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. São Paulo: Paz e Terra, 1993. P. 39.

VEIGA, Ilma Veiga. (org.). Projeto político pedagógico da escola; uma construção possível. Campinas, Papirus, 1995.

WEISS, D. Motivação e resultado – Como obter o melhor de sua equipe. São Paulo: Nobel, 1992.

SAVIANI, Dermeval Educação: do senso comum à consciência filosófica. 2ª edição. São Paulo, Cortez e Autores Associados: 1982, pp. 39 a 50 (Coleção Educação Contemporânea).